

**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO**  
**FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS**  
**DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA HUMANA**

**O PROCESSO DE INDUSTRIALIZAÇÃO PAULISTA: OS CASOS DE BOTUCATU,  
AVARÉ E OURINHOS (SP)**

**RELATÓRIO DE QUALIFICAÇÃO**

**Washington Soares Silva**

**Orientador: Prof. Dr. Armen Mamigonian**

**São Paulo**

**2014**

**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO**  
**FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS**  
**DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA HUMANA**

**O PROCESSO DE INDUSTRIALIZAÇÃO PAULISTA: OS CASOS DE BOTUCATU,  
AVARÉ E OURINHOS (SP)**

**Washington Soares Silva**

**São Paulo**

**2014**

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	4
ALGUMAS OBSERVAÇÕES .....	10
CAPÍTULO I: ASPECTOS TÉCNICOS E TEÓRICOS DO TRABALHO.....	12
I. 1. INTRODUÇÃO E METODOLOGIA .....	12
I. 2. REFERENCIAL TEÓRICO .....	13
I. 2.1. Ignácio Rangel: a dualidade básica da economia brasileira e os ciclos de kondratiev ..	13
I. 2.2. Geografia e formação sócioespacial.....	16
I. 2.3. Localização e desconcentração industrial no Estado de São Paulo .....	19
CAPÍTULO II: FORMAÇÃO HISTÓRICO-GEOGRÁFICA DE BOTUCATU, AVARÉ E OURINHOS (SP) .....	22
II. 1. Gênese das atividades industriais e o tipo de evolução capitalista .....	22
II. 1. 2. Caracterização histórico-geográfica de Botucatu, Avaré e Ourinhos (SP).....	31
II. 1. 2. 1. Botucatu .....	31
II. 1. 2. 2. Ourinhos.....	33
II. 1. 2. 3. Avaré.....	38
CAPÍTULO III: INDUSTRIALIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO .....	40
III. 1. DESENVOLVIMENTO E PLANEJAMENTO ECONOMICO NO BRASIL .....	40
III. 1. 2. Perda da visão nacional desenvolvimentista .....	40
CONSIDERAÇÕES PARCIAIS.....	47
BIBLIOGRAFIA .....	51
ANEXO(S) .....	55
PROGRAMAS E ATIVIDADES DESENVOLVIDAS .....	58

## INTRODUÇÃO

O presente estudo pretende analisar o processo de industrialização paulista, tendo como referencia a dinâmica econômica de Botucatu, Avaré e Ourinhos (SP).

Para tanto se utiliza como referenciais teóricos as concepções dos geógrafos Milton Santos sobre a categoria de análise formação socioespacial que consiste na relação existente entre,

Modo de produção, formação social, espaço — essas três categorias são interdependentes. Todos os processos que juntos, formam o modo de produção (produção propriamente dita, circulação, distribuição, consumo) são histórica e espacialmente determinados num movimento de conjunto, e isto através de uma formação social [...] *As diferenças entre lugares são o resultado do arranjo espacial dos modos de produção particulares [...] Os modos de produção tornam-se concretos sobre uma base territorial historicamente determinada. Desse ponto de vista, as formas espaciais seriam uma linguagem dos modos de produção.* Daí, na sua determinação geográfica, serem eles seletivos, reforçando dessa maneira a especificidade dos lugares. A localização dos homens, das atividades e das coisas no espaço explica-se tanto pelas necessidades ‘externas’, aquelas do modo de produção ‘puro’, quanto pelas necessidades ‘internas’, representadas essencialmente pela estrutura de todas as procuras e a estrutura das classes, isto é, a formação social propriamente dita.<sup>1</sup>

E André Cholley sobre combinações geográficas, que leva em consideração, fundamentalmente,

[...] desvendar o caráter geográfico de uma combinação: é verificar se ela contribui para criar, no próprio local em que se produz, um meio particular que sirva as manifestações da vida, particularmente àquelas que exprimem as atividades dos grupos humanos.<sup>2</sup>

Sobre a economia brasileira, especificamente a industrialização, adotamos, sem desconsiderar outros estudos e, linhas de pensamento, as concepções de Ignácio Rangel<sup>3</sup> que aborda basicamente a dialética de poder através de meias-revoluções, ou, as dualidades da

<sup>1</sup> SANTOS, M. Sociedade e espaço: a formação social como teoria e como método. In: **Da totalidade ao lugar**. São Paulo: EDUSP, 2008 [1977] p. 27.

<sup>2</sup> CHOLLEY, A. Observações sobre alguns pontos de vista geográficos. In: **Boletim geográfico**. Rio de Janeiro: IBGE, 1964 (nº 179-180) p. 140.

<sup>3</sup> RANGEL, I. Dualidade básica da economia brasileira. In: \_\_\_\_\_. **Obras reunidas**. Vol. I. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005, p. 285-353 [1957].

economia brasileira; pactos de poder interno e externo. Segundo essa visão, o Brasil sendo uma formação social periférica, reage de forma dinâmica aos impulsos vindos do centro do sistema (ciclos kondratiev) sempre combinando modos de produção distintos ao longo de suas etapas de desenvolvimento histórico. Assim, as fases depressivas da economia mundial colocam o país diante de uma tensão em relação às novas necessidades com o centro do sistema, essas tensões provocam rupturas responsáveis por alterações nas bases econômico-sociais com reflexos perante toda a sociedade nacional gerando mudanças nas relações de produção e nas classes dominantes<sup>4</sup>.

No que tange o processo de industrialização no Estado de São Paulo à perspectiva teórica abordada destaca o papel da pequena produção mercantil na dinâmica socioeconômica esboçada por Armen Mamigonian (processo de acumulação interna, industrialização via imigrantes e não pela via da oligarquia paulista)<sup>5</sup>.

Botucatu, Avaré e Ourinhos localizam-se na bacia hidrográfica do Médio Paranapanema no Estado de São Paulo e, apresentam um conjunto de empresas de diversos ramos de atividades oriundos de vários períodos. No caso da cidade de Ourinhos:

- Agroindústria de açúcar inicia-se com a Usina São Luiz, na década de 1950, tendo ampliado a produção com a destilaria de álcool nos anos 1970;
- Indústria de alimentos Marvi (1954) e Café Jaguari (1982);
- Indústria de bens de produção, representada pela Tecnal, cuja fundação foi em 1976;

---

<sup>4</sup> “[...] a economia brasileira está sujeita a dois ciclos: um é endógeno e outro que é o reflexo do que se passa na economia mundial. Quando falamos em crise, devemos precisar se é da crise do ciclo longo, correspondente à economia mundial, ou se é da crise do ciclo breve, que corresponde à economia interna que se faz. Na realidade, temos que pensar nos dois ciclos. Há momentos em que o ciclo é longo, de 50 anos; e outro é breve, 10 anos, aproximadamente. Há momentos em que os dois coincidem e se somam. Então, a economia está em expansão ou recessão e/ou, por efeito do ciclo longo e também por efeito do ciclo breve. O breve é algo que corresponde a uma etapa do nosso desenvolvimento; a etapa da nossa industrialização. Como o ciclo longo é reflexo da economia mundial, convencionou-se chamar que estamos vivendo o quarto ciclo longo, o de Kondratiev. Portanto, nesse ciclo de Kondratiev tem uma fase ascendente e uma fase descendente, ou seja, uma fase de prosperidade e uma fase difícil. Esses ciclos longos têm um reflexo muito marcado sobre a economia brasileira, que é uma economia periférica, reflete esses ciclos longos com muito maior fidelidade do que os países industrializados. Nossa independência foi o fenômeno que aconteceu como reflexo da entrada da economia mundial na fase recessiva. O ano de 1815 foi o ano da batalha de Waterloo e também o ano em que a economia mundial entrou em recessão. Foi um ano em que o Brasil surgiu como uma economia relativamente independente, com vida autônoma, como uma economia separada de Portugal. Essa mudança na economia brasileira, sete anos depois, teria seu reflexo político na independência nacional. A independência foi reflexo da fase recessiva, ou seja, da crise do primeiro ciclo longo. Vivemos um período recessivo que se prolongou até, aproximadamente, 1848. Nesse ano de 1848 foi tumultuado, mas foi também um ano em que a economia saiu da recessão e passou a ter uma fase ascendente.” O Brasil de Ignácio Rangel. In: **Jornal dos economistas**, nº 190, maio de 2005 p. 11.

<sup>5</sup> MAMIGONIAN, A. O processo de industrialização em São Paulo. In: **Boletim Paulista de Geografia**, nº 50, São Paulo, mar. 1976.

- Indústria de bens de consumo semidurável, cuja empresa é a Colchões Castor (1962) dentre outras.

No município de Avaré, destaca-se:

- Empresa Auto Ônibus Manoel Rodrigues, fundada em 1939.

Em Botucatu:

- Indústria aeronáutica Neiva, fundada em 1954, subsidiária da Embraer a partir de 1980;
- Indústria de bens de produção Eucatex (1951), em Botucatu desde 1996 e Duratex (1951) a subsidiária é de 1973;
- Indústria de bens de consumo durável, cuja empresa é a Caio Induscar (1946), a fábrica de Botucatu é de 1982 etc.

As razões da escolha do tema se devem ao fato de que pouca ênfase se tem dado a capacidade de iniciativa/ inovação empresarial, existentes em diversas partes do país, aliás,

A maioria dos grandes grupos nacionais surgiu de iniciativas modestas. Pereira Ignácio, imigrante português, sapateiro no início da vida, como o pai, foi o criador do grupo Votorantim (Ermírio de Moraes) [...] F. Matarazzo, que iniciou a vida no comércio de animais em Sorocaba, deu nascimento a um poderoso grupo industrial [...] Luiz Dumont Villares, filho de português e engenheiro eletricitista formado na Suíça, montou em São Paulo oficina para conserto de elevadores, de onde surgiu um poderoso grupo que se destaca na produção de elevadores, escavadeiras, pontes rolantes, motores a diesel para navios, aços especiais e peças moldadas. Os Klabin reiniciaram no Brasil um modesto comércio de papel, de onde partiram para a construção do maior grupo industrial no ramo de papel e papelão na América Latina, além da forte presença na produção de azulejos, de autopeças (Metal Leve) etc [...] Os exemplos podem ser multiplicados. No Rio Grande do Sul lembraríamos os nomes de Renner, Micheletto, Eberle, Walling (o maior grupo industrial de fogões do Brasil). Em Santa Catarina [...] acrescentaríamos Schmidt (fundição Tupy), Zadrozny (Artex), Wernwe (Eletro-aço Altona), Fontana (Sadia), Zipperer (Movéis Cimo). Em São Paulo, Filizzola, Ramenzoni, Fileppo, Scuracchio, Crespi, Gasparian, Samello, Jafet, Irmãos Cruaães (operários até 1945 e proprietários atualmente da maior indústria de máquinas para madeira no Brasil). No Rio de Janeiro: d'Olne (tecidos Aurora), Muller (rolos compressores, etc.), Oliveira (moinha da Luiz). Entre os empresários industriais de origem modesta lembraríamos alguns de origem luso-brasileira tradicional: João Santos, que quando menino trabalhou na Fábrica Nacional de Linhas, de Delmiro Gouveia [...] Herberto Ramos começou em 1952 como empreiteiro de obras em Recife, tendo conseguido produzir Dragas hidráulicas na sua oficina de reparos, partiu para a construção de escavadeiras (1959), como pioneiro no ramo na América Latina. *No ponto de partida da industrialização brasileira estiveram presentes inúmeros modestos*

*empresários, em maioria imigrantes. A eles principalmente cabe o mérito de ter aberto um novo caminho econômico, numa época difícil, quando era necessário vencer a dura concorrência estrangeira e freqüentemente a má vontade dos governos*<sup>6</sup>.

Não à toa “a função do capitalista como empresário, como chefe de indústria, consiste em combinar fatores de produção. Esses fatores podem ser classificados em dois grandes grupos: capital e trabalho”<sup>7</sup> que para se desenvolverem necessitam de uma política econômica favorável.

Notadamente, sobre este tema deve-se enfatizar que historicamente, o planejamento Estatal se fez presente no país, às vezes inconscientemente, para exemplificar, na década de 1930 devido a contração do comércio internacional, diminuição das importações e das exportações, significou uma série de medidas; em relação ao câmbio o mesmo se torna uma questão de Estado. Com o Estado controlando as divisas através de uma política cambial decide o que é essencial e o que é superfluo, assim, se com a crise de 1929 o Brasil foi favorecido por um fenômeno natural de substituição de importações, não se pode negar o fato de que também foi beneficiado por uma política econômica, isso porque decidindo o que era essencial do que era supérfluo na pauta de importações o Estado contribui para o desenvolvimento de determinados ramos industriais em detrimento de outros. Isto é, o essencial, o que tinha prioridade era a importação de máquinas e equipamentos, passou então a existir capitais relativamente acessíveis para essas importações, paralelamente a isso a força de trabalho ficou mais onerosa devido à legislação trabalhista (férias, aposentadorias etc.). Nesta situação de capitais disponíveis para montar uma fábrica, seja ela de cimento, ou, outra qualquer e, capitais consideravelmente onerosos para empregar mão de obra. Então, na época, para um grupo industrial como a Votorantin interessava importar equipamentos do exterior para montar uma fábrica moderna, isso vale tanto para Votorantin, como para a Klabin produtora de papel e celulose, ou, qualquer outro setor da atividade industrial. *Mais o que importa reter disso tudo é que não basta existir oportunidades de investimentos, iniciativa empresarial etc. Se não houve uma política econômica que promova seu desenvolvimento*<sup>8</sup>.

<sup>6</sup> De acordo com MAMIGONIAN, A. Notas sobre o processo de industrialização no Brasil. In: **Estudos de geografia econômica e de pensamento geográfico**. 264 pgs. Tese (Livre docência). São Paulo: FFLCH/USP, 2004 [1969] p. 08.

<sup>7</sup> RANGEL, I. Introdução ao desenvolvimento econômico brasileiro. In: \_\_\_\_\_. Obras reunidas. Vol. I. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005 [1955] p. 146.

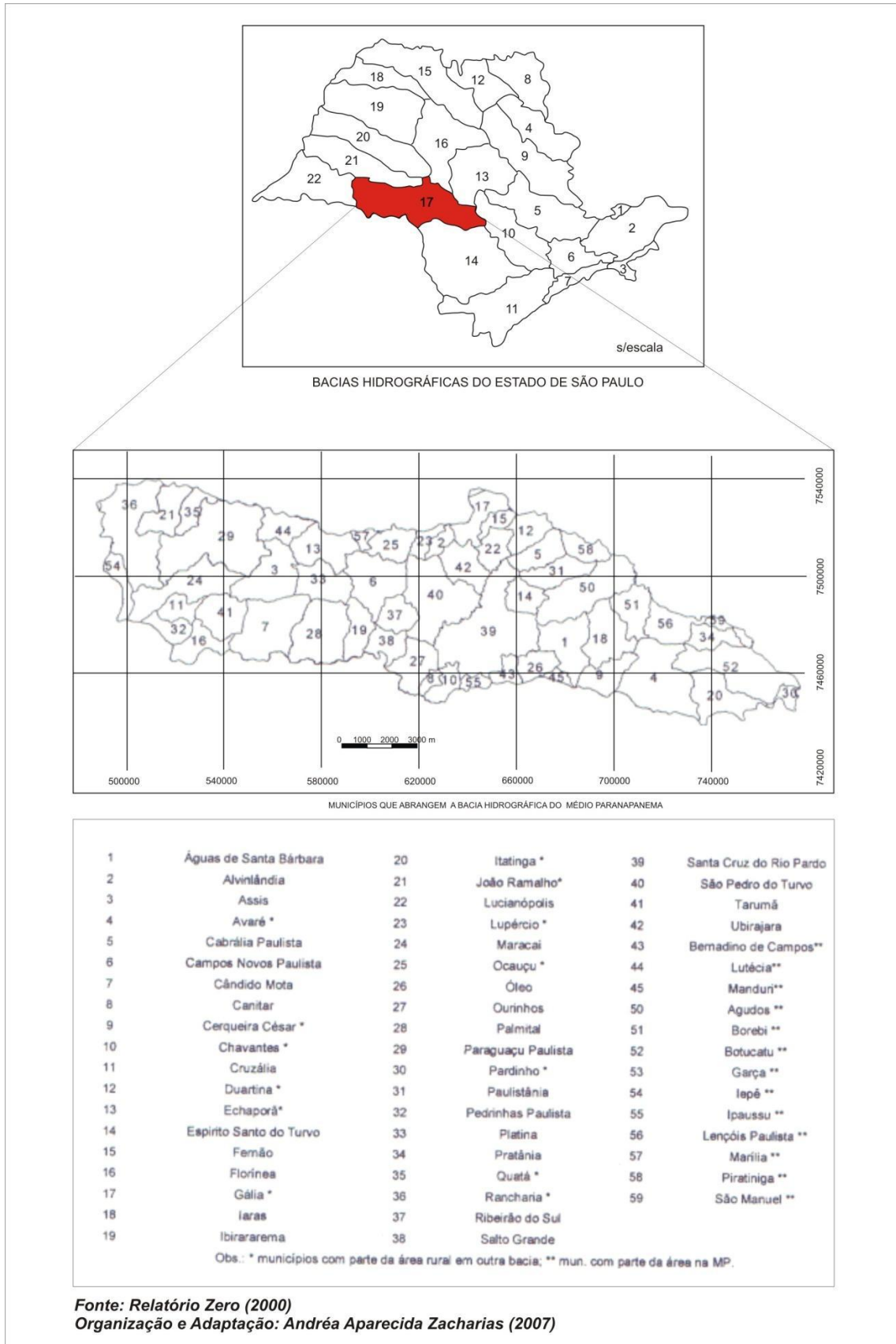
<sup>8</sup> “[...] à conclusão que é indispensável recuperar nosso sofisticado setor industrial [...] Sua destruição e a substituição da produção nacional por importações não foi um acidente. Foi fruto de um cuidadoso descaso ideológico da política cambial dos últimos 30 anos. Na média do período 1981-1984 (no momento da grave crise

Assim, estudando as empresas que dão dinamismo a essas cidades e analisando sua dinâmica econômica procura-se contribuir para o estudo da Geografia, tendo em vista, a compreensão do processo de industrialização paulista e os fatores de localização e desconcentração industrial, considerando as particularidades e especificidades de Botucatu, Avaré e Ourinhos (SP) como um estudo de caso.

---

do petróleo) a participação das exportações brasileiras com relação ao mundo era de 1,2%, igual à da Coreia e da China. Durante o primeiro mandato de FHC, uma política cambial alienante levou o país em 1998 à beira do "default", o que representou séria ameaça à sua reeleição. Esta foi salva graças a um "socorro" do FMI feito às pressas sob a intervenção política intempestiva do governo americano. Chegamos, assim, à dramática queda do valor das exportações para apenas 0,9% do comércio mundial. Para quê? Para esconder "artificialmente" a taxa de inflação! [...] Não é preciso ser um físico quântico para saber que a produtividade física (produção física por hora trabalhada) que é o codinome do desenvolvimento, depende das instituições, dos incentivos que elas proporcionam e da qualidade: 1) da infraestrutura; 2) do capital físico (absorção de novas tecnologias); e 3) do capital humano (educação e saúde). Nada disso se alterou de forma importante entre 2008 e 2013. De fato o que mudou foi o agravamento da valorização da taxa de câmbio real, definida como a relação entre a evolução da taxa de câmbio nominal e a evolução dos salários nominais [...]” (Antonio Delfim Netto “O câmbio ressuscitado afinal” **Valor econômico** 07/05/2013).





**Mapa 01:** Municípios que abrangem a bacia hidrográfica do Médio Paranapanema.

## ALGUMAS OBSERVAÇÕES

Aproveitamos este fragmento do trabalho, para tratar de certas limitações, que podem ocasionar algum tipo de ambiguidade, tornando incompreensível o escrito. Fazendo de tal modo, uma autocrítica.

As insuficiências desta pesquisa resumem-se primeiramente, ao âmbito teórico; baseado principalmente nas reflexões de Ignácio Rangel, Milton Santos, André Cholley, Armen Mamigonian, além de incorporar as concepções de Maurice Dobb, Nikolai D. Kondratiev dentre outros, em alguns momentos do trabalho o desenvolvimento das ideias encontram-se desarticulados, ou, de difícil compreensão, dando a impressão de que o movimento do pensamento se perde. Mas conforme observou Kant as ideias são elaboradas pelos grandes mestres, cabe aos discípulos, às palavras, deste modo não há vocábulos soltos, ou, conjunto de expressões que possam exprimir de maneira plena a complexidade de determinado pensamento em sua inteireza. Por isso escolhem-se alguns caminhos, algumas elaborações, certas estratégias, porque evidentemente não se podem escolher todas. J. Schumpeter enfatizava o fato de que os intelectuais (no caso os economistas) que deixaram sua marca já tinha concebido o vingamento-mestre do seu ideário muito cedo, mas seriam necessários muitos anos para tornar esse mesmo pensamento compreensível aos outros, pois sempre haverá necessidade de precisar e dar forma inteligível a essas ideias. Não à toa Rangel, ao defender as teses de Kondratiev fez questão de argumentar,

O relacionamento que faço das vicissitudes de nossa história nacional com as ondas largas da conjuntura, cuja simples existência não é aceita mansamente, faz-me sentir um pouco como Heidrich Schliemann quando resolveu levar a sério a *Ilíada*, na busca da localização exata de Tróia, valorizando assim um documento que muitos consideravam uma tessitura de mitos. Assim, comecei por levar a sério a teoria das ondas longas, buscando com ela compaginar nossa própria história nacional. E não duvido de que os estudos aprofundados, de outros pesquisadores, que espero estar provocando, não apenas confirmarão minhas hipóteses, como lançaram nova luz sobre aquela teoria, fazendo progredir a ciência<sup>9</sup>.

Assim, mesmo correndo o risco de as ideias, neste trabalho, não estarem suficientemente claras, não queremos proceder como “*O Homem que Sabia Javanês*”, de

---

<sup>9</sup> RANGEL, I. Ciclo, tecnologia e crescimento. In: \_\_\_\_\_. **Obras reunidas**. Vol. II. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005 [1969-1981] p. 258.

Lima Barreto, como alguém que decora determinados conceitos, mas não os compreende e, por não compreender faz uma transposição tacanha e mesquinha de teorias estranhas a realidade brasileira (prova disso está na atuação da Segunda Internacional Comunista, que não apostava na revolução nos países coloniais e semicoloniais, mas sim nos países capitalistas mais avançados, seguindo preguiçosamente a tradição de Marx e Engels). Isto porque os intelectuais, em sua maioria, não se preocupam em entender as origens de determinado pensamento, pautando-se simplesmente naquilo já consagrado pelo consenso geral; segundo, a análise empírica; tendo consciência de que para a Geografia a valorização do empírico, que se reflete na importância do chamado “trabalho de campo” é fundamental, infelizmente, neste momento da pesquisa as análises empíricas se limitaram há algumas indústrias, associações e entrevistas abertas (sem aplicação de questionários) bastante pontuais, porém esclarecedoras. Portanto, nos limitamos a desenvolver somente as origens dos empreendimentos industriais e o tipo de evolução capitalista, deixando para um segundo momento a investigação detalhada das indústrias mais dinâmicas.

Faltou também uma discussão mais aprofundada sobre a economia brasileira, o processo de desindustrialização; a política econômica e cambial; projetos nacionais de desenvolvimento; divisão territorial do trabalho; os fatores de localização e desconcentração industrial etc.

## CAPÍTULO I: ASPECTOS TÉCNICOS E TEÓRICOS DO TRABALHO

### I. 1. INTRODUÇÃO E METODOLOGIA

Sobre o método pretendido, as palavras de Ignácio Rangel, são bastante esclarecedoras,

É absurdo pretendermos alcançar a compreensão do processo sem que o estudemos sob todos os seus ângulos, mas, por outro lado, quem pretendesse abarcar de uma só vez, de golpe, todo o panorama, em toda a sua infinita complexidade, estaria inevitavelmente condenado ao malogro. A realidade não pode ser apreendida pelo espírito senão por partes, gradativamente. Por isso é que o homem aprendeu a proceder metodicamente, primeiro pela análise no esforço de separar idealmente os diferentes aspectos da realidade estudada, muito embora na prática esses aspectos estejam sempre reunidos e sejam inseparáveis; depois, pela síntese, quando, pela reunião dos aspectos idealmente separados, buscamos reconstruir o objeto estudado, o concreto, em toda a sua riqueza de detalhe [...] E foi por meio da experimentação, do trabalho de laboratório, que o homem alcançou a formulação das leis do pensamento, porque estas não passam de um reflexo das leis da coisa estudada, do mundo estranho ao pensamento. E foi, finalmente, por esse laborioso caminho, pela aplicação das leis do pensamento – leis da lógica e da dialética – que o homem aprendeu a dispensar a própria experimentação, na medida em que, pela força da abstração, realiza no espírito a condição *coeteris paribus*, em que antes não sabia perceber senão quando esta se cumpria no laboratório. À força de experimentar, portanto, aprendemos a antecipar o resultado da experimentação, com o resultado de penetrarmos no sentido das coisas, inclusive quando não podemos levá-las ao laboratório<sup>10</sup>.

Para o conhecimento e a discriminação dos segmentos e suas empresas foram realizadas consultas a publicações especializadas, tais como Valor Econômico: análise setorial; Centro das Indústrias do Estado de São Paulo etc.

A perspectiva de análise e o referencial teórico apoiam-se em autores aos quais se atribui a fundamentação teórica, como é o caso Mamigonian (2004 [1969; 1974; 1999]); Rangel (2005 [1955; 1957; 1985]); Cholley (1964); Santos (2008 [1977]) dentre outros.

---

<sup>10</sup> RANGEL, I. Introdução ao desenvolvimento econômico brasileiro. In: \_\_\_\_\_. **Obras reunidas**. Vol. 1. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005 [1955] p. 134-135. Em relação a práxis da Geografia pode-se dizer que suas especificidades constituem-se “[...] pela valorização do empírico, que se reflete na importância do chamado ‘trabalho de campo’; isto é, partir de teorias, para retornar a elas na redação da pesquisa. As hipóteses iniciais devem conter questões teóricas, mas devem ser entendidas como hipóteses e não como verdades a serem comprovadas e [...] pela idéia de que a teoria é fundamental, mas ela de nada adianta sem o estudo empírico, que sirva para comprova-la total ou parcialmente ou rejeita-la. Este equilíbrio instável entre a teoria e o empírico é próprio de algumas ciências mais amplas quanto ao campo de estudos, como a geografia e a antropologia, enquanto as ciências de campo mais restrito, como a sociologia e a economia correm o risco de supervalorizar o teórico e subestimar o empírico, enveredando por uma certa arrogância intelectual” Cf. MAMIGONIAN, A. Introdução. In: \_\_\_\_\_. **Estudos de geografia econômica e de pensamento geográfico**. 264pgs. Tese (Livre docência). São Paulo: FFLCH/USP, 2004, p. VI.

Vale ressaltar, que o tema desenvolvido refere-se a alguns textos e autores que não são da Geografia, como por exemplo, N. Kondratiev; M. Dobb etc., buscando-se assim uma abordagem transdisciplinar, que pretende correlacionar autores das Ciências Econômicas, História Política e Social do Brasil e Geografia Física e Humana.

Sobre a abordagem teórica da categoria de Formação Econômica e Social (FES), advêm de M. Santos “Sociedade e Espaço: a formação social como teoria e como método”, publicado em 1977 no Boletim Paulista de Geografia nº 1, vol. 9; e I. Rangel “Dualidade básica da economia brasileira” editado pelo Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), em 1957.

Referências temáticas específicas no que tange a coleta de dados foram realizadas em periódicos, instituições, órgãos de classe, como por exemplo, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística; Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados; Federação das Indústrias do Estado de São Paulo etc.

Assim, apoiando-se na Geografia como um todo, mas especificamente na Geografia Econômica e com base no Materialismo Histórico os objetivos do trabalho constituem-se: i) como nasceram essas indústrias; ii) como se expandiram nas diferentes etapas do processo de industrialização brasileira.

## **I. 2. REFERENCIAL TEÓRICO**

### **I. 2.1. Ignácio Rangel: a dualidade básica da economia brasileira e os ciclos de kondratiev**

As concepções de Ignácio Rangel sobre a evolução política, econômica e social do Brasil baseiam-se na dialética de poder através de meias revoluções, ou, as dualidades da economia brasileira; pactos de poder interno e externo. Segundo essa visão, o Brasil sendo uma formação social periférica, reage de forma dinâmica aos impulsos vindos do centro do sistema (ciclos kondratiev) sempre combinando modos de produção distintos ao longo de suas etapas de desenvolvimento histórico<sup>11</sup>. Para o referido autor, o sistema capitalista possui fases

---

<sup>11</sup> A ideia de *Dualidade* da economia e da sociedade brasileiras constitui o fio condutor do pensamento rangeliano, diferentemente de muitos ex-marxistas, alegres uns, raivosos outros que abandonaram seus ideais de esquerda, Ignácio Rangel nunca sofreu a *Angústia da Influência*, na feliz expressão de H. Bloom. E, numa época

de expansão e fases de recessão (depressão), isto é, cresce em ciclos longos (kondratiev<sup>12</sup>, cuja duração possui em torno de cinquenta anos, tendo vinte e cinco anos de ascensão e vinte e cinco anos de declínio, ou, “crise”<sup>13</sup>) e os ciclos médios (juglarianos de dez anos). No caso

---

caracterizada pela desqualificação dos grandes intelectuais da humanidade, sobretudo, Hegel, Marx, Lênin. Indicamos as origens da Dualidade “Ao tempo em que foi escrita *Dualidade*, isto é, 1953, havíamos chegado, no que toca ao emprego das categorias do materialismo histórico, a um beco sem saída. Noutros termos, generalizava-se a consciência de que a história do Brasil desenvolvia-se por trilhas que não eram, absolutamente, as admitidas pelo marxismo brasileiro – ainda não pulverizados nos numerosos marxismos que depois surgiram –, cristalizado no que irônica ou carinhosamente, chamávamos então de “linha justa”. Noutros termos, contrariamente ao que se pretendia, embora de crise em crise, isto é, ciclicamente, o país se industrializava e se desenvolvia, e o fazia por caminhos não mapeados ainda. Em primeiro lugar, furtei-me à tentação de negar esse desenvolvimento – tendência, aliás, patrocinada em escala mundial pelo próprio Stalin, em seu último livro, no qual se negava que o capitalismo, que, precisamente, entrava a crescer ao vento do que hoje chamamos de ‘Revolução Técnico-Científica’, fosse capaz de um verdadeiro desenvolvimento a ritmos absolutamente sem precedentes. Eu via que o Brasil se industrializava e, o que é mais, que o fazia sem passar pelas forças caudianas da ‘revolução agrária’ – capítulo considerado incontornável da revolução democrático-burguesa, preparatória do caminho para o surgimento de um verdadeiro capitalismo industrial nacional. Mas, por outro lado, resisti também à tentação de lançar fora o menino, junto com a água do banho, isto é, de abandonar as categorias do materialismo histórico. E *Dualidade*, numa época em que identificar-se alguém com o marxismo não era tão seguro como hoje, até porque não havia marxismos, mas apenas um, condenado de plano por todo o pensamento oficial, apresenta-se como um esforço de utilização daquelas mesmas categorias, sem rebuços. A idéia central era que, no Brasil (ainda sem pretensões a generalização a outras áreas do mundo) haviam-se criado condições para o aparecimento de modos de produção, sucedendo-se historicamente, mas todos caracterizados pela coexistência de relações de produção próprias de diferentes modos fundamentais de produção, agrupadas em ‘pólos’ – externo e interno – em união dialética, isto é, em oposição e conflito.” RANGEL, I. *Dualidade e “escravismo colonial”*. In: \_\_\_\_\_. **Obras reunidas**, Vol. II. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005 [1978] p. 633.

<sup>12</sup> “[...] Marx e Engels constatarem os ciclos decenais entre 1848 e 1857, que foram sistematizados estatisticamente por Juglar em 1860. Engels assinalou também a chamada ‘longa depressão do final do séc. XIX’ e a sistematização estatística dos ciclos longos foi feita entre 1918-21 por N [ikolai] Kondratieff (1926). Até hoje tanto entre marxistas como não marxistas há resistência à aceitação dos ciclos longos, pois como assinalou [Ignácio] Rangel, para a URSS não convinha admitir que o capitalismo em depressão poderia sair da crise e voltar a se expandir e para o ocidente não interessava admitir que após longos anos de expansão poderia advir um período depressivo na economia [...] Entre os que aceitam os ciclos longos existem duas interpretações quanto às causas [...] causação interna ao sistema econômico capitalista: tendência a queda da lucratividade sob o capitalismo estimula invenções que restabelecem lucratividade e aplicadas sucessivamente aos diferentes setores e ramos acabam esgotando a lucratividade possível, provocando a necessidade de novas invenções [...] Mandel, entre outros, prefere a causação extra-econômica, de preferência política: a ‘onda ascendente’ (e não econômica) do pós-guerra (1948-73) nasceu de ‘ininterrupta revolução tecnológica’ decorrente da corrida armamentista [...]” Cf. MAMIGONIAN, A. Ciclos longos e organização do espaço. In: **Geosul**, Florianópolis, v. 14, n° 28, p. 152-157, jul./dez. 1999. Neste trabalho, assinalamos nossa preferência pelas causas internas, seguindo as observações de N. Kondratiev “Durante a fase descendente dos ciclos longos, ocorrem muitas e importantes descobertas e invenções, na técnica da produção e do comércio, as quais, não obstante, somente costumam ter aplicação em larga escala na vida econômica prática, quando começa nova e persistente fase ascendente.” N. D. Kondratiev “*Las ondas largas de la coyuctura*”, Revista de Occidente, Madrid *apud* RANGEL, I. Ciclo, tecnologia e crescimento. In: \_\_\_\_\_. **Obras reunidas**. Vol. II. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005 [1969-1981] p. 259.

<sup>13</sup> Para o leitor pouco familiarizado com o assunto vale a pena apresentar a numerologia básica de kondratiev, a saber:

Primeiro ciclo longo: fase A: 1790-1815/fase B: 1815-1847  
 Segundo ciclo longo: fase A: 1847-1873/fase B: 1873-1896  
 Terceiro ciclo longo: fase A: 1896-1920/fase B: 1920-1948  
 Quarto ciclo longo: fase A: 1948-1973/fase B: 1973- ?

brasileiro, cada ruptura feita em período depressivo favoreceu algum tipo de “substituição natural de importações”, conforme nosso atual estágio de desenvolvimento das forças produtivas e das nossas relações de produção<sup>14</sup>.

Assim, na fase “b” do primeiro kondratiev (1815-1847), a autossuficiência foi buscada via diversificação da produção dentro das fazendas de escravos, as unidades básicas fundamentais (produção de tecidos para uso interno)<sup>15</sup>. Com o advento da fase “b” do segundo kondratiev (1873-1896) impunha-se novamente um novo esforço de substituição de importações, agora com a proliferação de unidades artesanais, tendo, algumas manufaturas pré-industriais (produção mercantil nas cidades; comerciantes export/import surgem precocemente).

Ao se iniciar a fase “a” do terceiro kondratiev (1896-1921) o coeficiente da economia nacional volta a crescer, aumentando o intercâmbio com o exterior, contudo, nas notórias condições da Primeira Guerra Mundial e, a subsequente crise do terceiro ciclo longo (1921-1948), “[...] primeiro nas regiões mais desenvolvidas do país e, depois na economia nacional como um todo, o esforço mercantil de substituições de importação desbordou seus

---

Claro está que Kondratiev não poderia ir além de 1920, pois dele não se tem notícias desde daquela década, mas a extrapolação é perfeitamente admissível.

<sup>14</sup> Segundo esclarece Raquel Maria Fontes do Amaral Pereira “Diferentemente das visões teóricas da esquerda que enfatizam o atraso, Ignácio Rangel propõe uma interpretação da formação social brasileira que leva em conta a dinâmica interna. Trabalhando com a combinação de modos de produção dominantes que compõem a dualidade básica da formação brasileira (pólo externo e pólo interno, cada qual com duas faces), Rangel demonstra que a economia brasileira reage positivamente no período depressivo dos ciclos de Kondratieff. Portanto, ‘as dualidades assinaladas na formação social brasileira estavam fortemente relacionadas aos ciclos longos emanados do centro do sistema capitalista’. Vale ainda lembrar que, organizada como uma economia periférica, a economia brasileira, no que diz respeito às relações externas coloca-se sempre numa variável superior ao de suas relações internas, pois é obrigada a acompanhar a economia dominante do mundo que integra [...] o ponto de partida de Rangel é a visão da IIIª Internacional Comunista que atribui aos países coloniais duas faces: uma interna, dominada pelo feudalismo e outra externa, dominada pelo capitalismo, razão pela qual essas economias não se explicam se não forem analisadas dentro do contexto mundial e também como possuidoras de especificidades internas. O princípio da dualidade, aplicado com rigor na interpretação rangeliana, conduz à percepção de que o aspecto dual é uma peculiaridade não somente de nossa economia, mas da sociedade brasileira como um todo. Na expressão de Rangel, ‘todos os nossos institutos, todas as nossas categorias – o latifúndio, a indústria, o comércio, o capital, o trabalho e nossa própria economia nacional – são mistas, têm dupla natureza, e se afiguram coisas diversas, se vistos do interior ou do exterior, respectivamente’. Assim, pois, também a composição de classes no interior do Estado brasileiro é dual.” PEREIRA, R. A. F. do A. Rupturas e continuidades da formação social brasileira: a transição colônia-império. In: **Geosul**, Florianópolis, vol. 14, nº 28, p. 55-60, jul./dez. 1999.

<sup>15</sup> “Em Minas Gerais desde o século XVIII até as primeiras décadas do XX ‘foi tão generalizada a plantação de algodoeiro, que em cada fazenda havia teares para a fabrica de tecidos grosseiros’. A maior parte da produção era constituída de panos grosseiros para escravos e pobres, mas também se produziam tecidos finos usados na ‘Confecção de roupas masculinas e roupas de baixo, além das conhecidas toalhas de mesa, lençóis e colchas, que rivalizavam com as mais finas importações’. Em 1827-28 produziam-se em Minas 7,4 milhões de metros de tecidos de algodão, que representavam quase 20% das importações brasileiras de tecidos de algodão inglês, sendo 30% da produção mineira era exportada, principalmente ao Rio de Janeiro”. MAMIGONIAN, A. Teorias sobre a industrialização brasileira. In: **Cadernos Geográficos/UFSC**. Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Departamento de Geociências, nº 1, Florianópolis: Imprensa Universitária, 1999 p. 36.

quadros primitivos, isto é, *escalonadamente* [...] a substituição de importações ia assumindo feição industrial. Esse movimento tinha de comum com os anteriores o fato de constituir uma forma de substituição de importações; mas distinguia-se deles pelo fato de ser industrial”<sup>16</sup>.

Cabe acrescentar, numa *substituição de importações escalonada*, a dinamização de cada setor deve ser precedida pela criação de condições jurídico-institucionais novas, as quais ao mesmo tempo em que favorecem alguns tipos de indústrias, desfavorecem outras, isto é, “Por outras palavras, a superprodução não costuma manifestar-se como um fenômeno mais ou menos generalizado pelo organismo econômico, mas como um fato relativamente localizado, restrito a algumas atividades, o que não exclui o aparecimento concomitante, noutro grupo de atividades de agudos pontos de estrangulamento, a pressionarem por investimentos que rompam e, de passagem, reativem a demanda global do sistema e convertam, afinal, com o passar do tempo, os pontos de estrangulamento referidos, em zonas de ociosidade, definindo assim o *pólo de ociosidade de outro ciclo*”<sup>17</sup>.

Por exemplo, na década de 1930 (Governo Getúlio Vargas), o Estado viabilizou importações de bens de produção, concomitantemente encareceu (aumento impostos) para a importação de bens de consumo, favorecendo alguns segmentos econômicos em detrimento de outros. Portanto, o Estado investe em novos setores e em ciclo posterior em novíssimos e, assim, sucessivamente até a aproximação tecnológica com o centro do sistema<sup>18</sup>.

## I. 2.2. Geografia e formação sócioespacial

“Sociedade e Espaço: a formação social como teoria e como método”, de Milton Santos, publicado originalmente em 1977, no Boletim Paulista de Geografia nº 1, vol. 9, constitui o marco na renovação da Geografia Humana marxista brasileira, o escrito tem, dentre outros méritos, o fato de reafirmar o caráter global e totalizador da Geografia. Segundo o referido autor,

---

<sup>16</sup> RANGEL, I. Economia: milagre e antimilagre. In: \_\_\_\_\_. **Obras reunidas**. Vol. I. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005 [1957] p. 691.

<sup>17</sup> RANGEL, I. Ciclo, tecnologia e crescimento. In: \_\_\_\_\_. **Obras reunidas**. Vol. II. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005 [1969-1981] p. 31.

<sup>18</sup> Ao analisar o desajustamento estrutural no corpo do organismo econômico nacional, ocasionado pela formação de um polo de ociosidade e um polo de antiociosidade, I. Rangel destaca o papel desempenhado pela intermediação financeira (papel estratégico), pois a retomada do ritmo do desenvolvimento não depende somente do reinvestimento dos lucros de cada empresa, mas sim dos investimentos, em um setor de lucros extraordinários para outros, evitando-se assim os nós de estrangulamento.



Pode-se dizer que a Geografia se interessou mais pela *forma* das coisas do que pela sua *formação*. Seu domínio não era o das dinâmicas sociais que criam e transformam as formas, mas o das coisas já cristalizadas, imagem invertida que impede a apreensão da realidade se não se faz intervir a História. Se a Geografia deseja interpretar o espaço humano como o fato histórico que ele é, somente a história da sociedade mundial aliada à sociedade local pode servir como fundamento da compreensão da realidade espacial e permitir a sua transformação a serviço do homem. Pois a História não se escreve fora do espaço e não há sociedade a-espacial. O espaço, ele mesmo, é social. Daí a categoria de Formação Econômica e Social (FES) parecer-nos a mais adequada para auxiliar a formação de uma teoria válida do espaço. *Essa categoria diz respeito à evolução diferencial das sociedades, no seu quadro próprio e em relação com as forças externas de onde mais frequentemente lhes provém o impulso. A própria base da explicação é a produção, isto é, o trabalho do homem para transformar, segundo leis historicamente determinadas, o espaço com o qual o grupo se confronta.* Deveríamos até perguntar se é possível falar de Formação Econômica e Social sem incluir a categoria de espaço. Trata-se, de fato, de uma categoria de Formação Econômica, Social e Espacial mais do que de uma simples Formação Econômica e Social, tal qual foi interpretada até hoje. Aceita-lá sem levar em conta o espaço levaria a aceitar o erro da interpretação dualista das relações Homem-Natureza<sup>19</sup>.

Para Kant a ciência geográfica tem um caráter especial como conhecimento integrado, pois ao regionalizar os fenômenos físicos, naturais e humanos corta em linhas transversais os diversos ramos científicos em vez de confinar com os mesmos. A Geografia vai buscar nas ciências sistêmicas conhecimentos menos complexos todas as vezes que isso se mostra necessário. Assim, a Geografia está apta para absorver dois grandes paradigmas: a Formação Social e os Geossistemas, não de forma excludente, mas conectando dialeticamente<sup>20</sup>. Aliás,

A própria geografia econômica, nosso campo preferencial de pesquisas, baseia-se em três grandes fontes de conhecimentos: a geografia com um todo, a história como um todo e naturalmente a economia. Ao elaborar a idéia fundamental de que os fatos geográficos são combinações concretas, simples algumas (os ventos, por exemplo), mais complexas outras (a região tríticola das pradarias canadenses, por exemplo) e como tais devem ser estudadas e decifradas, A. Cholley assinalou que as condições econômicas se compõem de fatos físicos, biológicos e humanos de diferentes ordens, que se juntam num processo histórico e que se materializam no espaço, como no caso da iniciativa do governo do Canadá de valorizar as pradarias centrais, desconectadas ao final do século XIX das regiões atlânticas e do Pacífico já ocupadas. Coincidentemente o procedimento de trabalhar com combinações (A. Cholley) é o mesmo de trabalhar com múltiplas determinações (Marx). A explicação provável para esta coincidência está na origem histórica da geografia moderna e do marxismo, ambos herdeiros da filosofia clássica alemã (Kant e Hegel)<sup>21</sup>.

<sup>19</sup> SANTOS, M. Sociedade e espaço: a formação social como teoria e como método. In: **Da totalidade ao lugar**. São Paulo: EDUSP, 2008 [1977] p. 21.

<sup>20</sup> MAMIGONIAN, A. Tendências atuais da Geografia. In: **Geosul**, Florianópolis, v. 14, nº 28, p. 171-178, jul./dez. 1999.

<sup>21</sup> MAMIGONIAN, A. Introdução. In: \_\_\_\_\_. **Estudos de geografia econômica e de pensamento geográfico**. 264pgs. Tese (Livre docência). São Paulo: FFLCH/USP, 2004. p. VIII.

Sem dúvidas, uma das maiores contribuições do prof. Milton Santos a ciência geográfica foi incorporar a ideia de Formação Social. Grosso modo, Formação Econômica e Social (FES) é uma ideia tipicamente marxista. FES é um fenômeno de combinação de modos de produção que se realiza concretamente num país, numa região. Para Milton Santos a Geográfica tem por especificidade enxergar a sociedade, vista como uma totalidade, no seu complexo, nas suas relações econômicas, sociais, culturais, ideológicas etc., a partir do espaço, ou seja, como essa sociedade se manifesta no território, todas essas especificidades são conectadas através da ideia de Formação Social, ou, como as definiu Formação Socioespacial, a partir da ideia de relações de produção e das forças produtivas; se a sociedade é fundamental, então, a sociedade espacializada é a temática da Geografia<sup>22</sup>.

Tendo em vista sua atuação não só na Geografia, mas nas ciências humanas como um todo, Milton Santos fez parte da chamada ala combativa, no dizer de Antonio Candido. Assim, não poderíamos deixar de mencionar certos traços que foram moldando essa área do conhecimento nesses últimos tempos. Consideramos a seguinte passagem extensa, mas fundamental para entender o atual momento da ciência geográfica no Brasil e no Mundo,

A perda do dinamismo da Geografia Humana coincidiu com o enfraquecimento do 'marxismo ocidental' e da esquerda europeia nos anos 1960-70 e como a revolução foi saindo da ordem das possibilidades. H. Lefebvre e M. Castels voltaram-se para questões mais amenas, como a reprodução da força de trabalho (habitação etc.) e inspiram os 'novos' estudos de geografia urbana [...] Sob influência de H. Lefebvre, a geografia urbana deixou de se interessar pelos fenômenos econômicos importantes, tratados anteriormente. Para exemplificar, a industrialização ou a desindustrialização passaram a ser temas marginais, a juntamente com os processos profundos que animam o urbano [...] Com a subordinação da geografia à temática da reprodução da força de trabalho é possível entender por que D. Harvey considerou todas as grandes cidades do mundo, Nova York ou Rio de Janeiro, Londres ou Dacca, Paris ou Dakar, semelhantes, com problemas comuns, pois todas têm milionários e ricos, classes médias, pobres e miseráveis. Descartou as formações sociais distintas e a perspectiva mundial centro-periferia e assim desconsiderou as dimensões gigantescas da função bancária de Londres, hipertrofiada, contrastando com o fechamento da bolsa de valores do Rio de Janeiro, como fenômenos opostos e igualmente importantes para a análise urbana. O vendaval que assolou a Geografia continua a se manifestar e as fragmentações afetam inclusive as antigas boas

---

<sup>22</sup> “M. Santos percebeu que formação social e geografia humana não coincidem completamente, não pelas teorias que embasam aquela categoria marxista e está área do conhecimento acadêmico e mais pela prática indispensável de localização da geografia, nem sempre usada nos estudos de formação social, daí a ter proposto a categoria formação sócio-espacial. Como disse Humboldt: ‘de que serve toda a descrição das particularidades do reino animal e dos homens, se não é possível determinar o ponto da terra a qual pertence esta ou aquela particularidade’” (K. R. Biermann, p. 129). Mas na verdade, qualquer estudo rigoroso de formação social deve cuidar de localizações e espacializações, como se pode ver, por exemplo, em Lênin (Desenvolvimento do capitalismo na Rússia), Trotsky (Peculiaridades do desenvolvimento da Rússia, In: História da revolução russa), Gramsci (Questão meridional), I. Rangel (História da dualidade brasileira), etc.” MAMIGONIAN, A. Introdução. In: \_\_\_\_\_. **Estudos de geografia econômica e de pensamento geográfico**. 264pgs. Tese (Livro docência). São Paulo: FFLCH/USP, 2004 p. VIII.

relações entre as Geografias física e humana, como se o sistema natural não incorporasse o social ou a formação social não abrangesse a natureza. Alguns geógrafos da área humana passaram a desconsiderar o natural, antagonizando mesmo a Geografia física. Nós acreditamos que a Geografia estuda os fenômenos físicos, biológicos e humanos na superfície da Terra, conectados e combinados, como é plataforma de outros geógrafos [...] e foi preocupação de F. Braudel pouco antes de morrer, ao cobrar um retorno à antiga grandeza da Geografia. As dificuldades também se situam na mudança da preocupação dos intelectuais com o destino das suas respectivas disciplinas, pois se há um esforço positivo de alguns, também há uma crescente postura de individualismo neurotizado de outros. No caso brasileiro surgiu um novo mandarato de professores subalternos aos órgãos governamentais de financiamento, constituído de verdadeiros *yuppies* que incentiva uma política de poder mais do que uma política cultural, aceitando produções ‘gastro-intestinais’ dos ‘amigos’, para usar a expressão de M. Santos, e que constitui um enorme obstáculo à renovação da Geografia.<sup>23</sup>

### I. 2.3. Localização e desconcentração industrial no Estado de São Paulo

Dentre os estudos que analisam a dispersão e o aglutinamento industrial, tanto no Brasil como no Estado de São Paulo nota-se a coexistência de pontos convergentes e divergentes, dependendo, obviamente, do tipo de referencial teórico e dos procedimentos metodológicos adotados. Deste modo: descentralização, concentração, desconcentração, espraiamento, ou, interiorização das atividades industriais podem ser estudadas tendo em conta aspectos relacionados, tanto à reestruturação urbano-industrial, além daqueles incluídos na concentração e centralização do capital.

Para Mamigonian no Brasil a localização industrial reflete, especialmente, os acontecimentos da primeira etapa do processo de industrialização espontânea, que vai de fins do século XIX até aproximadamente 1930; sendo que esse tipo de industrialização espontânea se deu particularmente em São Paulo devido à imigração europeia (pequena produção mercantil), historicamente, temos a indústria mecânica no interior paulista: máquinas para madeira (Cruaães), beneficiamento de cereais (D’ Andrea, Zacacaria) em Limeira, máquinas para usinas de açúcar em Piracicaba (Dedini) e Sertãozinho (Zanini), máquinas para beneficiar café e cereais em Pinhal (Federighi) dentre outras<sup>24</sup>.

Procurando sintetizar essas análises, notadamente, para o caso paulista, M. Serafim Gomes<sup>25</sup> assinala que o desenvolvimento industrial brasileiro a partir da década de

<sup>23</sup> MAMIGONIAN, A.; BASTOS, J. M. Apresentação. In: **Dossiê Ásia/China**. Geografia econômica, anais de Geografia econômica e social, UFSC, 2008 p. 10.

<sup>24</sup> Cf. MAMIGONIAN, A. localização industrial no Brasil: notas metodológicas e exemplos. **Boletim paulista de Geografia**, nº 51, São Paulo, jun. 1976. p. 83.

<sup>25</sup> GOMES, M. T. S. **O processo de reestruturação produtiva em cidades médias do oeste paulista**. Tese (doutorado), FFLCH, São Paulo, 2007.

1950 (correspondente à etapa expansiva do pós-segunda guerra mundial, mais precisamente a primeira fase do quarto kondratiev 1948-73) ocasionou uma gigantesca expansão territorial-urbana na metrópole paulistana dando início ao surgimento de uma “economia de aglomeração”, essa “economia de aglomeração” começou a encontrar seus limites nos anos de 1960. Segundo a referida autora,

Em outros termos, a indústria no Estado de São Paulo que sempre esteve concentrada territorialmente na Capital e na Região Metropolitana a partir de 1960 começa a sofrer alterações na sua espacialização. Em 1970 a metrópole tinha uma participação de 43,4 % em relação à indústria nacional passando para 38,8 % em 1975 e para 34, 2 % em 1980, enquanto o Interior aumentou sua participação, passando de 14,7% para 17,1% em 1975 e para 20,2% em 1980. Todavia, essa alteração da participação do Interior se deve apenas ao desempenho industrial de algumas regiões do Estado, particularmente, aquelas que estão mais próximas à região metropolitana. Com relação ao valor de transformação industrial, em 1960 a RMSP tinha uma participação de 73,79% em relação ao Estado passando para 62,94% em 1980, ocorrendo assim uma queda de quase 10%. Já o Interior ocorre um crescimento do VTI, passando de 26, 21% para 37,06%, com um acréscimo de mais 10% na sua participação. Observa-se que a concentração territorial da indústria em São Paulo gerou essa ‘deseconomia de aglomeração’. A indústria foi se expandindo para áreas próximas à metrópole, formando uma mancha urbana contínua ou ‘uma gigantesca mancha urbana da região metropolitana desconcentrada’, como afirma Lencioni (1998a)<sup>26</sup>.

Neste sentido, ainda conforme a autora, baseada em Barjas Negri<sup>27</sup> afirma,

[...] acerca do desenvolvimento industrial do interior, alguns elementos foram importantes: a intensificação do processo de modernização da agricultura paulista (cana, soja e cítricos), sobretudo para exportação; a instalação de duas grandes refinarias de petróleo (Paulínia) e em São José dos Campos; a consolidação do principal pólo petroquímico do país, em Cubatão e também pela expansão da Cosipa no setor siderúrgico; a política econômica do governo federal, instituindo o Proálcool em meados dos anos 1970 – regiões de Ribeirão Preto e Campinas; a implantação dos ramos de informática, microeletrônica e de telecomunicações na região de Campinas, basicamente por estatais federais e institutos de pesquisa e, também, pela influência da pesquisa na UNICAMP e; a implantação do complexo aeronáutico para fins civis e militares e indústria de material bélico, no Vale do Paraíba. Cabe aqui fazer uma ressalva: essas políticas do governo estadual não atenderam a todas as regiões, tendo privilégio as próximas a metrópole, contudo, indubitavelmente, foi importante para o crescimento do interior<sup>28</sup>.

<sup>26</sup> GOMES, M. T. S. As políticas de descentralização industrial e o processo de desconcentração na indústria no oeste paulista. In: **O processo de reestruturação produtiva em cidades médias do oeste paulista**. Tese (doutorado), FFLCH, São Paulo, 2007 p. 51.

<sup>27</sup> NEGRI, B. A interiorização da indústria paulista. In: \_\_\_\_\_. **A interiorização do desenvolvimento econômico no Estado de São de Paulo (1920-1980)**. São Paulo: SEADE-UNICAMP, Coleção Economia Paulista, 2, 1988.

<sup>28</sup> GOMES, M. T. S. As políticas de descentralização industrial e o processo de desconcentração na indústria no oeste paulista. In: **O processo de reestruturação produtiva...** op. cit., 57.

Em estudo recente sobre “O novo mapa da indústria no começo do século XXI: novas dinâmicas industriais e o território”, trabalho conjunto entre pesquisadores das universidades de São Paulo (Unesp, Usp), Federal do Paraná (UFPR) e da Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste), procura explicar a desconcentração industrial como resultado da transição de um sistema fordista de produção, caracterizado pela linha de montagem e produção em massa, vinculado fortemente a relação entre empresas e território para um sistema de acumulação flexível do capital cujos investimentos não obedecem fronteiras<sup>29</sup>.

Assim sendo,

O processo de desconcentração industrial no estado de São Paulo [...] alterou profundamente seu mapa e território: a mancha metropolitana da capital se expandiu em direção ao Vale do Paraíba, Sorocaba e às regiões de Campinas e Ribeirão Preto, conglomerados urbanos especializados se formaram ao longo de uma densa malha rodoviária [...] muitas empresas deslocaram fábricas para o interior, mas mantiveram a sede, assim como o seu *board*, na cidade de São Paulo. Esse divórcio dos processos de gestão e de produção [...] ‘disjunção produtiva’, obedece à ‘lógica da acumulação capitalista’ de reduzir custos de produção que, nos anos 1980, cresciam significativamente na metrópole. Essa lógica, no caso de São Paulo, conferiu um caráter particular à desconcentração industrial [...] A nova cartografia se traduz num mapa recortado por eixos de desenvolvimento orientado pela malha rodoviária, corredores ferroviários e uma hidrovia, em torno dos quais se aglutinam grandes empresas industriais com acesso ao mercado nacional e global [...] Articuladas por eixos de desenvolvimento, a macrometrópole e o interior do estado formam o maior e mais diversificado parque industrial do país, com participação de 33% no Produto Interno Bruto Nacional (PIB) [...] Distantes da macrometrópole, nas cidades [...] predominam empresas de capital local e os setores industriais, de serviços e o comércio se mantêm ligados ao mercado consumidor regional<sup>30</sup>.

<sup>29</sup> “Esta desconcentração teve como área mais afetada a RMSP, cuja participação na indústria brasileira cai sucessivamente de 43,5% em 1970 para 16,9% em 2004. Por outro lado, o interior paulista vem aumentando seu peso na indústria nacional, subindo de 14,7% em 1970 para 26,2% em 2004, contrabalanço os efeitos negativos para o Estado” Cf. “Economia paulista mantém hegemonia, mas produção se descentraliza”. In: **Jornal da Unicamp**, Universidade de Campinas, 25 de junho a 1 de julho de 2007. Em comparação com outros Estados da Federação, o processo de dispersão industrial tem demonstrado que “A produção industrial, calculada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, também teve grandes variações regionais. A queda de 2,7% na média nacional, do ano passado, mascara um crescimento de 4,2%, na Bahia, e de 3,8%, em Goiás. No mesmo período, a produção caiu 3,9%, em São Paulo, e 7%, no Amazonas. ‘O ano passado [2011] foi ruim para a indústria paulista, por causa da queda no setor de máquinas e equipamentos, que se concentra aqui’, afirma Paulo Francini, diretor do departamento de estudos econômicos, da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo. Mas o recuo de São Paulo já vem de longa data. Entre 1992 e 2011, o peso da indústria paulista caiu de 46,5% para 38,2% do total. ‘Para enfrentar a concorrência, especialmente da China, as empresas estão buscando regiões mais competitivas’, diz José Augusto Fernandes, diretor de Estratégias da Confederação Nacional da Indústria. O Centro-Oeste deve ter uma expansão ainda maior, quando forem concluídos grandes projetos de ferrovias, como a Norte-Sul e a Oeste-Leste, que seguem a rota do agronegócio, da produção no interior, até os portos. “Isso reduzirá o custo do frete”, diz Fernandes. Além do agronegócio do Centro-Oeste, o crescimento do Nordeste também atraiu empresas à região, em busca de algo mais do que os incentivos fiscais.” (O novo mapa da indústria **ISTO É Dinheiro** 08 mar. 2013).

<sup>30</sup> “O relevo econômico do interior”. In: **Pesquisa Fapesp**, nº 197, julho de 2012 p. 73 ss.

## CAPÍTULO II: FORMAÇÃO HISTÓRICO-GEOGRÁFICA DE BOTUCATU, AVARÉ E OURINHOS (SP)

### II. 1. Gênese das atividades industriais e o tipo de evolução capitalista

Para Milton Santos,

O interesse dos estudos sobre as FES está na possibilidade que tais estudos oferecem de permitir o conhecimento de uma sociedade na sua totalidade e nas suas frações, mas sempre como um conhecimento específico, percebido num dado momento de sua evolução. O estudo genético permite reconhecer, a partir de sua filiação, as similaridades entre FES; mas isso não é suficiente. É preciso definir a especificidade de cada formação, o que a distingue das outras, e, no interior da FES, a apreensão do particular como uma fração do todo, um momento do todo, assim como o todo reproduzido numa de suas frações. *Nenhuma sociedade tem funções permanentes, nem um nível de forças produtivas fixo, nenhuma é marcada por formas definitivas de propriedade, de relações sociais.* ‘Etapas no decorrer de um processo’, como Labriola as definiu, as FES não podem ser compreendidas senão no quadro de um movimento totalizador, no qual todos os seus elementos são variáveis que interagem e evoluem juntas, submetidas à lei do todo. A sociedade evolui *sistematicamente*, como ‘um organismo social coerente cujas leis sistêmicas [...] são leis supremas, a medida-padrão para todas as outras regularidades, mais específicas’ (V. Kusmin, 1974:72)<sup>31</sup>.

Dentre as correntes teóricas que analisam a economia brasileira em geral e, a industrialização em particular, nas esquerdas brasileiras três se destacam na luta ideológica: i) a teoria da Cepal que tornou popular o termo “substituição de importantes” e foi dominante entre 1955 e 1964; ii) a teoria da dependência, enfatizando a subordinação da industrialização aos interesses do centro do sistema capitalista; iii) a teoria dos ciclos econômicos, destacando o enorme dinamismo referente ao processo de acumulação capitalista brasileiro<sup>32</sup>.

Já explicitamos nossa preferência pela perspectiva teórica que destaca o papel da pequena produção mercantil na dinâmica socioeconômica (processo de acumulação interna; industrialização via imigrantes não pela via da oligarquia paulista). De fato, o ponto de partida são as relações sociais na cafeicultura, sobretudo as contradições e os conflitos de interesse

<sup>31</sup> SANTOS, M. Sociedade e espaço: a formação social como teoria e como método. In: **Da totalidade ao lugar**. São Paulo: EDUSP, 2008 [1977] p. 25 ss.

<sup>32</sup> Segundo MAMIGONIAN, A. Teorias sobre a industrialização brasileira. In: **Cadernos Geográficos/UFSC**. Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Departamento de Geociências, nº 1, Florianópolis: Imprensa Universitária, 1999 p. 08.

entre colonos e fazendeiros de café, uma ideia marxista que M. Dobb já havia desenvolvido para a Inglaterra e de forma mais explícita ao tratar da transição feudalismo-capitalismo.

A meu ver, é esta a conexão. Na medida em que os pequenos produtores conseguiram emancipação parcial da exploração feudal – talvez no começo um mero abrandamento (como a transição da renda-trabalho para a renda-dinheiro) – eles podiam guardar para si mesmo uma parte do produto excedente. Assim obtinham os meios e a motivação para melhorar o cultivo e ampliá-lo a áreas novas, o que incidentalmente serviu para aguçá-lo ainda mais o antagonismo contra as restrições feudais. Assim se lançaram também as bases para alguma *acumulação de capital no interior do próprio pequeno modo de produção*, e portanto para o começo de um processo de *diferenciação de classes no interior da economia de pequenos produtores* – o conhecido processo, presenciado em várias épocas em lugares muito espalhados do mundo, no sentido da formação, por um lado, de uma camada superior de agricultores progressistas relativamente abastados (os *kulaks* da tradição russa) e, por outro, de uma camada de camponeses arruinados. Essa polarização social na aldeia (e, de maneira similar, nos artesanatos urbanos) preparou o caminho para a produção assalariada e, em decorrência, para as relações burguesas de produção. Foi assim que se formou o embrião das relações burguesas de produção no seio da antiga sociedade. O processo, porém, não amadureceu imediatamente. Levou tempo: na Inglaterra, alguns séculos. Nesse sentido, convém lembrar que, ao se referir à transição para o capitalismo e ao papel do capital mercantil, Marx falou da ascensão dos capitalistas oriundos das fileiras dos produtores como ‘a via realmente revolucionária’ de transição. Quando a mudança para os métodos burgueses de produção se inicia ‘de cima’, então o processo tende a interromper-se, e o velho modo de produção é conservado, ao invés de suplantado<sup>33</sup>.

---

<sup>33</sup> DOBB, M. Do feudalismo para o capitalismo. In: SWEEZY, P. e outros. **A transição do feudalismo para o capitalismo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977. p. 167. Aliás, “Marx pôde fundamentar o método científico em História precisamente porque soube isolar de início os raciocínios ‘histórico-filosóficos’ sobre a ‘sociedade em geral’ e se propôs a dar somente uma análise científica de uma sociedade e de um progresso” Cf. Globot (1967:8, junho) *apud* SANTOS, M. Sociedade e espaço: a formação social como teoria e como método. In: **Da totalidade ao lugar**. São Paulo: EDUSP, 2008 [1977]. p. 24. Ora, se observarmos as frentes pioneiras do Estado de S. Paulo, onde nossos estudos de caso estão inseridos, vamos perceber certas semelhanças no que concerne a “acumulação de capital no interior do próprio pequeno modo de produção” Cf. M. Dobb; nessas zonas pioneiras, caracterizadas pela abundância de terras e escassez de mão de obra; entre os colonos havia a possibilidade de desenvolver uma agricultura diversificada nos interstícios das plantações de café, o que conseqüentemente gerava uma fonte de acumulação, comercialização do excedente. Quando ocorria o estrangulamento do comércio exterior, as crises do café havia um processo de fragmentação das fazendas, isto é, os comandantes do complexo cafeeiro subdividiam suas propriedades que acabavam sendo adquiridas pelos colonos; assim, esses colonos, sobretudo imigrantes paulatinamente tornaram-se pequenos proprietários, concomitantemente ao empobrecimento dos fazendeiros, a cada crise do café. Para Marx a pequena produção mercantil pode possuir um caráter revolucionário, desde que não dependa somente de privilégios, mas acima de tudo, de sua disposição para crescer. Aliás, como já referido o dinamismo da pequena produção mercantil pode torna-se uma gigantesca fonte de acumulação se combinada, obviamente, com uma política econômica que promova seu alavancamento. Corroborando para isso podemos afirmar que “Consultando a bibliografia existente foi possível perceber que geógrafos (P. Petrone e D. Lino de Mattos) e antropólogos (E. Willems e M. Diegues Jr.) valorizavam os estudos empíricos, enquanto os sociólogos (F. H. Cardoso e O. Ianni) e os economistas (C. Furtado e P. Singer) supervalorizavam as teorias, que usaram como ponto de partida e chegada, sem passar pelo empírico de maneira aprofundada [...] Ficou demonstrado que em todo o estado de São Paulo, sobretudo nas frentes pioneiras, houve ascensão social dos colonos e decadência dos fazendeiros ao longo de toda a primeira metade do século XX, como constatarem intelectuais da envergadura de Jorge Andrade e A. Alcântara Machado, mas que os sociólogos da USP não enxergaram cegos pela teoria revelada, agravada pela subestimação dos estudos empíricos.” MAMIGONIAN, A. Introdução. In: \_\_\_\_\_. **Estudos de geografia econômica e de pensamento geográfico**. 264pgs. Tese (Livre docência). São Paulo: FFLCH/USP, 2004, p. VII.

Em outras palavras, a transição das relações fundamentais de produção, sua coexistência, seguem determinadas leis, não de forma arbitrária, mas seguindo certa lógica, não à toa enfatizava Marx, as relações de produção atual guardam os germes das relações de produção futura, mesmo que ainda tenha dentro de si elementos do modo de produção anterior. Ou como demonstrou Rangel, em relação à tese da dualidade “[...] sobre economia brasileira, parto da historicidade das leis em ciência. Recuso-me a admitir que a economia de uma tribo indígena pré-cabralina seja regida pelas mesmas leis que regem o funcionamento da bolsa de Nova York ou os planos quinquenais soviéticos. Há certamente traços comuns, tendo em vista que em todos esses casos encontramos homens vivendo em sociedade e produzindo socialmente sua vida [...] O que importa é conhecer como nossa sociedade concreta se comporta em sua vida econômica, na produção de sua própria vida, da vida dos seus membros. Ora, para isso, em nosso caso, faz-se mister examinar como todas as sociedades humanas se comportaram e comportam. A economia política ‘clássica’ é certamente o ponto de partida de todo e qualquer estudo. Mas é preciso compreender que não é a única ciência e que suas verdades nem são universais nem eternas. São *verdades* enquanto se referem a essa fase.”<sup>34</sup>

Destarte, de degrau em degrau, escalonadamente, passamos de uma economia natural para uma dinâmica economia industrial, sempre conforme o *atual estágio de desenvolvimento das nossas forças produtivas e das nossas relações de produção*. Não obstante, como ressalta Rangel, cada volta no parafuso cíclico, muda à face do país, pois os interesses estabelecidos pela formação do novo pacto de poder que foram beneficiados pelo desenvolvimento das forças produtivas, não permitirá a volta às condições anteriores, formalizadas na antiga dualidade. Portanto, “Do mesmo modo como as fases B alternam-se com as fases A dos ciclos longos, o motor primário da economia, ora era a produção de exportações, ora a substituição de importações, mas essa repetição era mais aparente do que real, uma vez que, *a cada novo ciclo, mudava o modo de produção, como reflexo do novo estágio de desenvolvimento das forças produtivas*. Assim, se as condições mundiais nos facultarem a possibilidade de um período de crescimento para fora, esse será diferente do anterior à Grande Depressão, visto que será a continuação da industrialização começada como substituição de importações.”<sup>35</sup> Assim sendo,

---

<sup>34</sup> RANGEL, I. Dualidade básica da economia brasileira. In: \_\_\_\_\_. **Obras reunidas**. Vol. 1. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005 [1955] p. 289.

<sup>35</sup> RANGEL, I. Ciclo, tecnologia e crescimento. In: \_\_\_\_\_. **Obras reunidas**. Vol. II. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005 [1969-1981] p. 264.



[...] respectivamente nos períodos depressivos e expansivos da acumulação capitalista interna, o Brasil construiu a economia industrial mais dinâmica, complexa e estruturada da América latina, conseguindo em sucessivos ciclos econômicos juglarianos brasileiros passar dos bens de consumo simples (anos 30), aos bens intermediários (anos 40), bens de consumo duráveis (anos 50) até os bens de equipamentos pesados (anos 70). Este último setor foi constituído de empresas estatais (GE, ABB). A marcha forçada da economia nos anos 70, liderada pelos militares nacionalistas, provocou um enorme endividamento do governo brasileiro, que investiu em infra-estruturas e empréstimos estrangeiros e depois empréstimos internos. Paralelamente os investimentos em infra-estruturas (Ferrovia do Aço, usinas de eletricidade, rodovias, portos etc.) foram paralisados, constituindo gigantescos nós-de-estrangulamento econômicos, enquanto as indústrias mecânicas ficaram sem encomendas e fortemente ociosas. Desde 1980 o Brasil vive a crise acima descrita, de maneira prolonga e perigosa, mas ela pode ser superada, no interesse dos trabalhadores e da nação pela ligação econômico-financeira entre ociosidades e estrangulamentos, que provocará a retomada do crescimento econômico e a consequente sanidade financeira do Estado e sua possibilidade de realizar políticas públicas, sobretudo a distribuição de lotes rurais para milhões de bóia-frias e lotes urbanos para milhões de sem-teto nas cidades, mudando a estrutura do mercado de trabalho e do nível de renda<sup>36</sup>.

O desenvolvimento econômico nos estudos de caso e nos ramos industriais analisados seguiu, excetuando-se determinados casos o que demonstra a evolução do capitalismo e a história da industrialização brasileira (*na sua gênese Botucatu, Avaré e Ourinhos estavam associadas à cafeicultura e, seguiram paulatinamente em direção a uma economia mais diversificada; o fato de certas atividades industriais terem surgido em períodos distintos é um indicio desta diversificação. Evidentemente, esta diversidade reflete as especificidades e características de cada localidade e os diferentes tipos de industrialização. No caso de Ourinhos e Avaré a presença de iniciativas empresariais locais ou de regiões próximas é significativo, enquanto Botucatu segue em parte o processo conhecido como interiorização da indústria paulista*). Ou seja, o aparecimento e posterior desenvolvimento dessas atividades seguiram, de maneira geral, as transformações da economia nacional e suas políticas econômicas, aliadas, as características internas da nossa Formação Econômica e Social.

Remontando a história do processo de industrialização no Estado de S. Paulo, vamos perceber a presença de “capitalistas sem capital” pequenas iniciativas, sobretudo de imigrantes (europeus, asiáticos dentre outros) que traziam de suas regiões de origem algum tipo de experiência empresarial/comercial/industrial<sup>37</sup>, visto como “Em casos numericamente

<sup>36</sup> MAMIGONIAN, A. A América Latina e a economia mundial: notas sobre os casos chileno, mexicano e brasileiro. In: **Geosul**, Florianópolis, vol. 14, nº28, p. 139-151, jul./dez. 1999.

<sup>37</sup> “São estes países que adquirem uma estrutura econômico-social comparável à dos países capitalistas mais antigos, enquanto todos os países nos quais continuam predominando a população nativa não conseguem desenvolver o capitalismo além de poucas zonas e de alguns setores. Isto não é devido, naturalmente, à

não descuráveis, a precariedade dos recursos financeiros pôde ser contrabalançada pelo fato de o imigrante portar uma bagagem técnica especializada, em um particular setor da atividade fabril [...] Não há como não reconhecer, também, que em determinados casos trata-se de ‘self made-man’ [...] que construíram ‘impérios’ econômicos-financeiros”<sup>38</sup>.

Ora, muito se tem discutido sobre o processo de industrialização paulista, principalmente no que tange ao desenvolvimento da economia cafeeira, grosso modo, pode-se dizer que essa visão busca salientar o fato de que a industrialização brasileira deve-se a transferência de capitais e empresários do café para a indústria, sobretudo após a crise de 1929<sup>39</sup>. Entretanto, como esclarece J. Souza Martins,

As diferentes interpretações sobre o papel desempenhado pela substituição de importações na industrialização brasileira tem em comum a idéia de um mercado interno estreitamente vinculado às exportações. Em outras palavras, a economia de exportação teria sido inteiramente responsável pelo aparecimento do mercado ou, dizendo de outro modo ainda, o mercado teria sido uma função das exportações. Entretanto, tendo em conta essa linha de reflexão, não fica absolutamente clara a origem da indústria. *Particularmente, não se pode entender como a indústria cresceu fora dos períodos de crise no setor exportador. O importante a notar é que, para explicar a substituição de importações nos períodos críticos do café, os autores referem-se ao fato de que a indústria veio socorrer a economia, substituindo importações; mas ocorre que essa indústria já existia.* Dessa constatação decorrem duas posições. Uma formulada por mim no estudo sobre a industrialização através do caso Matarazzo e que está fundada numa ampla pesquisa empírica que envolveu diversos grupos econômicos pioneiros: *é a de que a indústria brasileira não surgiu no próprio corpo das relações imediatamente produzidas pelo comércio de produtos coloniais, como o café, mas sim nos interstícios dessas relações, à margem e contra o circuito de trocas estabelecido pelos importadores. Assim, a gênese da indústria brasileira não deve ser buscada nas oscilações da economia do café, na alternância*

---

‘superioridade da raça branca’, a única que seria capaz de aprender a desenvolver as técnicas produtivas modernas. Isto se deve simplesmente ao fato de que no Canadá, Austrália, Nova Zelândia, o capital – como relação social – não está obstaculizado na sua implantação por relações pré-capitalistas ou por uma estrutura que havia sido distorcida pelo comércio precedente. Nas colônias de povoamento, ao contrário, as relações capitalistas se inserem numa estrutura preparada para recebê-las. Trata-se de uma estrutura mercantil que tem como eixo a propriedade privada e que, graças às contínuas migrações, atenua também os sofrimentos da expropriação dos produtores-proprietários. A colonização branca povoa o país de pessoas já dotadas daquele mínimo de cultura que se torna indispensável ao desenvolvimento capitalista, sem que seja imprescindível a formação de uma força de trabalho qualificada às expensas do capital, sem necessidade, portanto, de desperdiçar capital em atividade não imediata ou diretamente produtiva. Sobre a base de tais combinações é possível o desenvolvimento de uma mentalidade ‘empresarial’ não obstaculizada pela combinação de relações capitalistas puras e relações não-capitalistas, não limitadas pela presença de uma camada de ‘compradores’ ligados apenas passivamente ao capitalismo, nem tão pouco vinculados à ‘tutela’ de uma camada exploradora nativa” MARX: História crítica da teoria da mais valia *apud* MAMIGONIAN, A. O processo de industrialização em São Paulo. In: **Boletim Paulista de Geografia**, nº 50, São Paulo, mar. 1976 p. 89.

<sup>38</sup> PETRONE, P. A influência da imigração italiana nas origens da industrialização brasileira. In: **Orientação**. São Paulo: Departamento de Geografia – FFLCH/USP, 1990 p. 88 ss.

<sup>39</sup> Dentre os autores que enfatizam a dinâmica do complexo cafeeiro destacamos: CANO, Wilson. **Raízes da concentração industrial em São Paulo**. 4ª Ed. Campinas, SP: UNICAMP. IE, 1998; SILVA, S. **Expansão cafeeira e origens da indústria no Brasil**. São Paulo, Alfa – Ômega, 1976 dentre outros.

*de períodos de crise e falta de crise. Na verdade, o aparecimento da indústria está vinculado a um complexo de relações e produtos que não pode ser reduzido ao binômio café-indústria. É nesse plano que se pode dizer que é improvável a hipótese de que a indústria brasileira já nasceu como grande empresa, formulada por Sérgio Silva (p. 91). A indústria de 1907 já era indústria consolidada e é nos dados do censo industrial desse ano que aquele autor funda a sua conclusão. Na verdade, os principais grupos econômicos, os que se tornaram grandes depois, surgiram no último quarto do século XIX. E praticamente todos eles nasceram para substituir a produção artesanal e doméstica ou a produção em pequena escala disseminadas por um pequeno número de pequenos estabelecimentos tanto na capital quanto no interior. Aliás, a indústria em São Paulo nasceu distribuída por quase todos os municípios da província. Só depois do “Ensilhamento” é que passou a concentra-se na capital e nuns poucos municípios importantes do interior, o que completou um processo iniciado com a expansão das ferrovias<sup>40</sup>.*

A industrialização brasileira deve muito ao café, especialmente porque o desenvolvimento da cafeicultura possibilitou: i) ampliação do mercado interno (artigos importados); ii) construção de estradas de ferro; iii) implantação da energia elétrica e sistema bancário. J. R. de Araújo Filho ao analisar a importância da economia cafeeira para a evolução do Estado de S. Paulo destaca que,

[...] há pouco mais de um século, as terras de São Paulo apresentavam-se de modo bem diverso. Não somente a sua população e as suas riquezas eram bem modestas, como, conseqüentemente, as condições de vida do homem paulista eram bem mais precárias. Ainda no início do século XIX, os paulistas não haviam conseguido ultrapassar aqueles primeiros estágios de subdesenvolvimento, que dominaram as terras da antiga capitania de São Vicente [...] Assim, as transformações sofridas pelas paisagens paulistas, nos seus trezentos anos de história, foram muito pouco sensíveis, pois em tão longo período de tempo, quase nada tinha feito o homem nas antigas terras vicentinas, ao contrário do que acontecera para outras áreas brasileiras como as fluminenses, baianas do Recôncavo e da Mata Nordestina, e isto em virtude de, segundo PIERRE MONBEIG: ‘dispersão da população, ataques da floresta nas suas orlas para culturas temporárias, imensos campos deixados à criação eram os traços essenciais da paisagem rural paulista, ainda muito antes do século XIX’ [...] Foi preciso que o café – riqueza que já levará ao apogeu econômico a Província fluminense e trechos de Minas Gerais e que já existia em desenvolvimento no vale do Paraíba Paulista – penetrasse o oeste de São Paulo [...] para que, de fato, se iniciasse uma arrancada continua do desenvolvimento paulista [...] E todo o interior planaltino, que, em mais da metade da sua área, ainda estava para ser povoado, foi ocupado rapidamente, à medida que os cafezais e suas culturas ancilares, aliados a um pastoreio semi-intensivo e, mais tarde, à policultura e à industrialização, se constituíssem, juntamente com a imigração estrangeira, a rede ferroviária e a rede escolar, em molas mestras da grandeza paulista.<sup>41</sup>

Entretanto, numa economia de exportação que estimula o consumo de artigos industriais importados não gera automaticamente mecanismos de substituição de importações;

<sup>40</sup> MARTINS, J. **O cativo da terra**. 8ª Ed. São Paulo: Hucitec, 2004 p. 106.

<sup>41</sup> ARAÚJO FILHO, J. R. de .O Café em São Paulo. In: **Boletim Paulista de Geografia**, nº 50, São Paulo, mar. 1976. p. 59 ss.

a exportação da borracha da Amazônia, ou, de cacau do sul da Bahia não provocou nenhuma industrialização significativa<sup>42</sup>.

Como já dito, para entender o processo de industrialização paulista deve-se considerar o papel da pequena produção mercantil na dinâmica socioeconômica, ou seja, industrialização via imigrantes e não pela via da oligarquia paulista. Conforme as observações de Mamigonian<sup>43</sup> a sociedade tradicional paulista como existia no século XIX era constituída por fazendeiros latifundiários; classe média de funcionários civis e militares e população escrava; essa sociedade assim constituída não tinha condições de se autossuperar e promover o desenvolvimento industrial. Deste modo, os imigrantes europeus e asiáticos que vieram para o país inseriam-se como: trabalhadores nas fazendas da aristocracia, pequenos negociantes artesanais e, grandes comerciantes.

O cadastro industrial paulista levantado por A. BANDEIRA JR. em 1901 apresentou exemplos de produções destinadas a um mercado de alto padrão (móveis, casemiras e chapéus de qualidade), mas *na verdade podemos que a parte principal da industrialização paulista na sua primeira fase (até a 1ª Guerra Mundial) processou-se no interior da 'sociedade' emigrante. Se os estímulos provocados pela expansão do café não encontraram condições sociais favoráveis (espírito de iniciativa generalizado, consumo difundido, etc.) na sociedade latifundiária-escravista, ocorreu o oposto entre os europeus. Os colonos de café tornaram-se o principal e mais sólido mercado consumidor da indústria paulista [...]* Enquanto os trabalhadores escravos das fazendas de café andavam descalços, os colonos europeus que os substituíram usavam botinas 'rígideiras', primeiro mercado da indústria de calçados de Franca, onde sapateiros italianos imigrantes como J. Palermo e S. Spessoto tiraram proveito das condições favoráveis. Grandes consumidores de alimentos, como massas, banha de porco, salmarias, chocolates, etc., os imigrantes estimularam a produção de chocolates (Falchi), refinação de açúcar (Morganti), bem como massas alimentícias na capital paulista (Secchi, Quaranta, Christofani, etc.), que permitiram a implantação de um grande moinho de trigo em 1900 (Matarazzo), logo seguido de outros. *Os capitais iniciais necessários aos empreendimentos, foram freqüentemente modestos. Mesmo F. Matarazzo antes de se tornar importador de farinha de trigo, foi um pequeno comerciante em Sorocaba. Grande parte dos empresários imigrantes eram inicialmente 'capitalistas sem capital' para usar a feliz expressão de E. STODIEK JR. [...]* Por outro lado a imigração contribuiu também com mão-de-obra industrial. [...] Muitos deles ao invés de serem recrutados pelos fazendeiros foram absorvidos pelas indústrias nascentes [...]<sup>44</sup>.

Bresser-Pereira ao abordar as origens étnicas e sociais do empresariado paulista constata que dos 204 empresários estudados 172 (84,3%) eram de origem imigrante: 71 da

<sup>42</sup> MAMIGONIAN, A. Notas sobre o processo de industrialização no Brasil. In: **Estudos de geografia econômica e de pensamento geográfico**. 264 pgs. Tese (Livre docência). São Paulo: FFLCH/USP, 2004 [1969].

<sup>43</sup> MAMIGONIAN, A. O processo de industrialização em São Paulo. In: **Boletim paulista de Geografia**, nº 50, São Paulo, mar. 1976.

<sup>44</sup> MAMIGONIAN, A. O processo de industrialização..., op. cit., p. 91.

Itália, 24 Portugal, 21 Alemanha, 13 Líbano etc. enquanto somente 8 (3,9%) eram originários da antiga aristocracia rural brasileira. Ou seja, o ponto de partida do processo de industrialização paulista esteve diretamente ligado à presença de inúmeros e modestos empresários, na sua maioria imigrantes.<sup>45</sup> A indústria de São Paulo, aproximadamente entre 1880 a 1914, baseou-se, principalmente no mercado paulista, mas dadas as características do processo de implantação e do mercado regional, pouco a pouco, a indústria paulista foi sobressaindo-se e conquistando mercados regionais (Rio de Janeiro, Nordeste etc.) conquista essa facilitada pelo desenvolvimento de ferrovias e, posteriormente dos transportes ferroviários.

Interessante ressaltar que ao estudar a gênese das atividades industriais e, o tipo de evolução capitalista no nordeste de Sta. Catarina Marcos Aurélio da Silva apoiando-se em Marx e Lênin aponta que para compreender corretamente a questão é preciso partir dos grandes tipos de Formação Econômico Social. Isto é,

Seguindo as formulações de Lênin a esse respeito, podemos dizer que *as formas de transição se agrupam segundo dois grandes tipos, cuja concentração geográfica numa ou noutra área define, pois, as formações regionais individualizadas por diferentes histórias de acumulação capitalista*. Com efeito, o processo pode se fazer segundo uma via prussiana, onde a grande fazenda latifundiária ‘se transforma numa fazenda burguesa, Jünker, condenando os camponeses a décadas inteiras... (de) expropriação e... jugo...’; mas também do tipo norte-americano, marcado pelo domínio do ‘camponês, que passa a ser o agente exclusivo da agricultura e vai evoluindo até converte-se no grangeiro capitalista [...]. Ora, é por demais evidente que, de maneira geral, a história brasileira, marcada por vários séculos de trabalho compulsório e estrutura latifundiária jamais liquidada por uma evolução agrária [...] seguiu tipicamente um modelo prussiano de desenvolvimento capitalista. Todavia, seria uma simplificação insistir que esse processo se tenha realizado sem nenhuma imbricação com relações econômicas-sociais mais complexas [...]. Daí a formação de economias não satelizadas, mas de poderosa dinâmica interna, bem como, a presença de tantos capitalistas *self made men* [...]. Os empresários do setor de equipamentos elétrico por nós estudados correspondem bem ao padrão aqui traçado de capitalistas oriundos de baixo (das fileiras dos produtores diretos) com grandes possibilidades de ascensão no interior de uma economia pujante. Eles não raro herdaram habilidades profissionais da família, que posteriormente aperfeiçoadas no trabalho como operários para diversas industriais regionais, permitiram o estabelecimento de pequenas oficinas que as economias de aglomeração local fizeram crescer. Estão neste caso os exemplos de Werner Voigt, Geraldo Weminghaus (grupo Weg-Jaraguá do Sul) e Heinz R. Kohlbach (Kohlbach Motores- Jaraguá do Sul), mas de alguma forma se pode dizer o mesmo para o caso de Eggon J. da Silva (Weg), filho de um professor que teve um rico aprendizado como empregado de serviços administrativos (o exemplo dos quadros de escritório)

---

<sup>45</sup> BRESSER PERREIRA, L. C. **Origens étnicas e sociais do empresariado paulista**. Revista Adm. Empr., Junho, 1960 *apud* MAMIGONIAN, A. Notas sobre o processo de industrialização no Brasil. In: **Estudos de geografia econômica e de pensamento geográfico**. 264 pgs. Tese (Livre docência). São Paulo: FFLCH/USP, 2004 [1969].

na economia urbana local (trabalhou em cartório e agência bancária) até ingressar como sócio-gerente da pequena firma de escapamentos de João Wiest.<sup>46</sup>

Gostaríamos de acrescentar, além do que já foi exposto, certas características concernentes ao empresariado e suas especificidades; apoiando-se na argumentação de J. Schumpeter sobre as origens dos capitalistas industriais, o processo de acumulação de capital se dá fundamentalmente na capacidade de inovação dos agentes econômicos, a “destruição criativa”<sup>47</sup>. Entretanto, no caso brasileiro, as ideias schumpeterianas, apresentam certas especificações, retomando a ideia de dualidade, a economia e a sociedade brasileiras são conduzidas pela coalizão de duas classes hegemônicas que constituirão o pacto fundamental de poder; “[...] cada estágio do nosso desenvolvimento, duas formações sociais ocupam posições marcantes: uma em posição hegemônica; outra em posição subalterna. De tal forma, porém, que no processo de transição para o estágio imediatamente superior, de certo modo a posição hegemônica passa a ser ocupada por uma variante da anterior formação subalterna”<sup>48</sup>, assim, chega-se ao poder com uma determinada força e a partir de um certo momento como sócio prioritário, muitas vezes sem ter noção, está se perdendo força economia, mas têm força política; portanto, em relação as particularidades do empresariado nacional e, ao atual pacto de poder, podemos adicionar, comparando com o anterior que,

[...] esses latifundiários nacionalistas alavancaram a indústria brasileira. Os industriais eram os sócios secundários. Tanto que em [19]32, na revolução constitucionalista, os industriais aderiam. Quer dizer, um bando de ignorantes. Eles não sabiam que a revolução constitucionalista contra o Getúlio [Vargas] seria contra eles. Aí o Roberto Simonsen foi obrigado a sair, mas logo voltou. Ora, agora quando terminou o governo do Fernando Henrique, houve um novo fato, digamos inusitado. Assim como em [19]30 um latifundiário, um estancieiro, foi o pai da industrialização brasileira, agora, sem que os industriais tivessem consciência disso, precisou de um [Luís Ignácio] Lula [da Silva], que sai do movimento operário, para que eles pudessem ser novamente alavancados. Eu costumo dizer que *os industriais brasileiros são extremamente competentes e extremamente agressivos do ponto de vista empresarial. Mas são absolutamente covardes, medrosos, incompetentes do ponto de vista político*. Por exemplo, o Antônio Ermírio de Moraes se preparou para ser governador de São Paulo? Não se preparou coisa nenhuma. De repente ele botou na cabeça que ia ser governador. Então, o Lula acabou sendo o representante dos interesses nacionais, que interessam tanto à classe operária quanto a burguesia

<sup>46</sup> SILVA, M. A. As origens da burguesia industrial e o tipo de evolução capitalista no nordeste catarinense (uma nota crítica). In: **Geosul**, Florianópolis, v. 14, nº 28, p. 101-111, jul./dez. 1999 p. 105 ss.

<sup>47</sup> De acordo com J. Schumpeter “Em nove casos em dez, uma inteligência e uma energia acima do normal são as responsáveis pelo êxito industrial e, em particular, pela fundação de posições industriais”. SHUMPETER, Joseph A. Capitalismo, socialismo e democracia. Trad. Sérgio G. de Paula. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1984, p. 33 *apud* SILVA, M. A. As origens da burguesia industrial e o tipo de evolução capitalista no nordeste catarinense... op. cit., 102.

<sup>48</sup> RANGEL, I. 500 anos de desenvolvimento da América e do Brasil. In: **GEOSUL**, nº 15, ano VII, 1º semestre de 1993 p. 10.

brasileira. Mas ele chega aí e essa coisa está dominada pelo neoliberalismo. É obrigado a engolir, por exemplo, o Banco Central. Ele já poderia ter pressionado o Banco Central há mais tempo [...] mas o Banco Central é o imperialismo dentro do governo. Quer dizer, o pacto de poder em 1990 eliminou a burguesia industrial. Então, neoliberalismo, abre a economia, destrói uma série de empresas. Essa burguesia incompetente do ponto de vista político precisava de um governo de esquerda, de centro-esquerda. E esse governo tem desempenhado esse papel, mas não conseguiu desalojar o imperialismo americano do governo, que está dentro que é o Banco Central. O Banco Central não pode ser controlado pelo sistema financeiro. Tem de ser controlado pelo Estado brasileiro, tendo em vista os interesses nacionais, os interesses dos trabalhadores, da criação de emprego [...]”<sup>49</sup>.

## **II. 1. 2. Caracterização histórico-geográfica de Botucatu, Avaré e Ourinhos (SP)**

### **II. 1. 2. 1. Botucatu**

A municipalidade de Botucatu conta com uma população de 127.328 habitantes, área de 1.482.642 km<sup>2</sup>, os biomas predominantes são o Cerrado e a Mata Atlântica; a aptidão industrial de Botucatu está voltada para o segmento aeronáutico, transporte automotivo, chapas de madeira reconstruídas, plástico, e fibra de vidro, notadamente, para o segmento automobilístico. Destacando-se, também, o ramo metal mecânico e de confecções<sup>50</sup>.

A colonização de Botucatu iniciou-se em 1721, liderada por jesuítas, economicamente as atividades agropecuárias deram impulso ao processo de colonização, mas as dificuldades intrínsecas a época dificultaram a efetiva ocupação da região, pouco a pouco a afluência de imigrantes atraídos pela expansão cafeeira no oeste paulista, possibilitou a transformação de Botucatu num centro regional. Já na década de 1930, com a decadência da cafeicultura, houve novamente a ascensão da agropecuária e, recentemente das atividades industriais<sup>51</sup>.

Analisando a historiografia da cidade Hernani Donato, escrito local, faz importante levantamento sobre as origens dos empreendimentos industriais, enfatizando, sobretudo, a dinâmica do empresariado. Segundo o referido autor,

---

<sup>49</sup> MAMIGONIAN, A. “Esta é a segunda crise depressiva de ciclo longo” **Entrevista a Fundação Maurício Grabois** 16/06/2010.

<sup>50</sup> Segundo indicado pelo Centro das Indústrias do Estado de São Paulo, regional Botucatu.

<sup>51</sup> Cf. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Perfil Municipal, IBGE.

O primeiro surto industrial é dos anos vinte. Francisco Egidio do Amaral (barão do Amaral) fabrica chapéus, na Boa Vista fábrica de sedas e de fósforos da firma Mori & Losi [...] *os imigrantes bem sucedidos na lavoura e no comércio dedicam-se à indústria [...] O clã dos Blasi fez-se presente no progresso local em 1884 quando Serafin Blasi instalou uma oficina de ferreiro. Progredindo, favorecido pelo surto do café, deu-se conta de que esse produto abria vasto futuro e viria a ser responsável pela maior parte da exportação nacional. Passou a fabricar máquinas para processamento do café e de outros produtos agrícolas. Durante 90 anos as máquinas Blasi foram vendidas para produtores de todos os Estados brasileiros, da Colômbia, Argentina, Paraguai, Venezuela e vários países africanos [...] O surto de industrialização a partir da intensa atividade agrícola patrocinada pelo café, atraiu para Botucatu também os Milanesi. O patriarca Francisco estava abrindo tenda de ferreiro em 1890. Tal como outros patrícios estabelecidos no ramo, passou a reparar e logo a fabricar máquinas agrícolas, com especialidade as bombas d'água tipo carneiro, produtos conceituados ainda nos fins de 1984. Os industriais de 1920. No ano de 1920 – data que é marca no primeiro surto de industrialização, o 'Almanack Botucatu' registrava: 'Está em vias de funcionamento uma (fábrica) de tecidos. Já funcionam fábricas de sabão, de fósforos, de vassouras, de doces, de produtos medicinais, de calçados, de massas, de couros, de mosaico, de cerveja, (que rivaliza com a Antártica), de bebidas, de tintas, torrefação de café, benefício de arroz, etc.*<sup>52</sup>

\*\*\*

Tendo Botucatu um perfil industrial bastante diversificado destacamos os seguintes segmentos empresariais: Neiva/Embraer instalada em 1980; a Eucatex, 1996; Duratex/Botucatu unidade painéis e pisos, 1973 e, a Caio Induscar empresa de encarroçadora de ônibus, 1982.

Fundada em 1954, a Indústria Aeronáutica Neiva passou a ser subsidiária integral da Embraer a partir de 1980. Atualmente na unidade instalada em Botucatu é responsável pela realização das seguintes atividades: fabricação de peças e estruturas para jatos das famílias ERJ 145; fabricação de peças de reposição para aviões da Embraer etc. A empresa também é responsável por atividades de comercialização de aviões, venda de peças de reposição e apoio pós-venda para aviação agrícola.

A Eucatex começou com a Serraria Americana, instalada em 1923, em São Paulo. A primeira fábrica em Salto/SP é de 1954, foi nesta unidade que a Eucatex iniciou suas atividades produzindo forros acústicos e chapas soft de fibras de madeira, passando depois a fabricar chapas isolantes. Entre 1956 e 1965, a empresa instalou escritórios de representação em várias capitais brasileiras, assim como em Buenos Aires, Argentina; especificamente em Botucatu iniciou suas atividades no ano de 1996, com a fabricação de painéis MDP.

---

<sup>52</sup> DONATO, H. **Achegas para a história de Botucatu**. Prefeitura Municipal de Botucatu, 1985 p. 198.



Já a Duratex é uma empresa produtora de painéis de madeira industrializados, louças e metais sanitários fundada em Jundiá (1951), sendo uma empresa privada e de capital aberto, seu controle é compartilhado pelo conglomerado Itaúsa (investimentos Itaú S/A e Companhia Ligna de Investimentos). Com sede em São Paulo capital, possui unidades industriais em Minas Gerais, Pernambuco, Rio Grande do Sul, Paraíba, Rio de Janeiro, além de uma unidade na Argentina. Em Botucatu a Duratex conta com a unidade painéis e pisos desde 1973, produzindo chapas de fibra, atualmente cerca de 217, 8 mil ton./ano<sup>53</sup>.

A Caio Induscar, empresa de encarroçadora de ônibus, possui seu escritório na cidade de São Paulo, mas seu parque fabril localiza-se em Botucatu. A partir de janeiro de 2001, um novo grupo, constituído por empresas de transporte de passageiros, assumiu por meio da empresa Induscar o parque fabril e o direito de uso da marca Caio. Atualmente, a empresa atua na venda de veículos comerciais, chassis para ônibus, caminhões e, automóveis.

## II 1. 2. 2. Ourinhos

O município de Ourinhos conta com uma população de aproximadamente 103.035 habitantes, área de 296.269 km<sup>2</sup>, sendo o bioma predominante a Mata Atlântica, possuindo taxa de urbanização de 97,09%, com área urbana de 12,4015 km<sup>2</sup>. Suas atividades econômicas hodiernamente estão no setor primário (menos relevante) destacando-se a cana de açúcar, cultivada na maioria das terras municipais, representando 75,97% da produção agrícola<sup>54</sup>. No que concerne a sua dinâmica econômica verifica-se que,

As atividades econômicas que ocorrem na área urbana têm maior relevância para a economia do município, pois Ourinhos tem atualmente o papel de centro comercial e prestador de serviços em sua microrregião, além de relativa influência para cidades localizadas no norte pioneiro paranaense quanto às atividades citadas. Entretanto, destaca-se o setor de serviços como o mais importante para a economia do município, tanto em relação à geração, participação no PIB de 826.135 mil reais (IBGE, 2010), que representa 69,5% do PIB do município. Cabe destacar que a cidade apresenta comércio varejista com lojas de grandes redes de varejo com atuação nacional como Supermercado Pão de Açúcar, Casas Bahia, Pernambucanas, Mcdonalds, Magazine Luiza, Lojas Cem, Hotel Ibis entre outros. No setor industrial

<sup>53</sup> “Nessa direção, pode-se dizer que a Capital passa a concentrar principalmente as atividades relacionadas ao controle e gestão das empresas e na RMSP e seu entorno às unidades produtivas, sendo favorecida pelo desenvolvimento das telecomunicações e informática”. GOMES, M. T. S. As políticas de descentralização industrial e o processo de desconcentração na indústria no oeste paulista. In: **O processo de reestruturação produtiva em cidades médias do oeste paulista**. Tese (doutorado), FFLCH, São Paulo, 2007 p. 58.

<sup>54</sup> Informações estatísticas; IBGE, 2010.

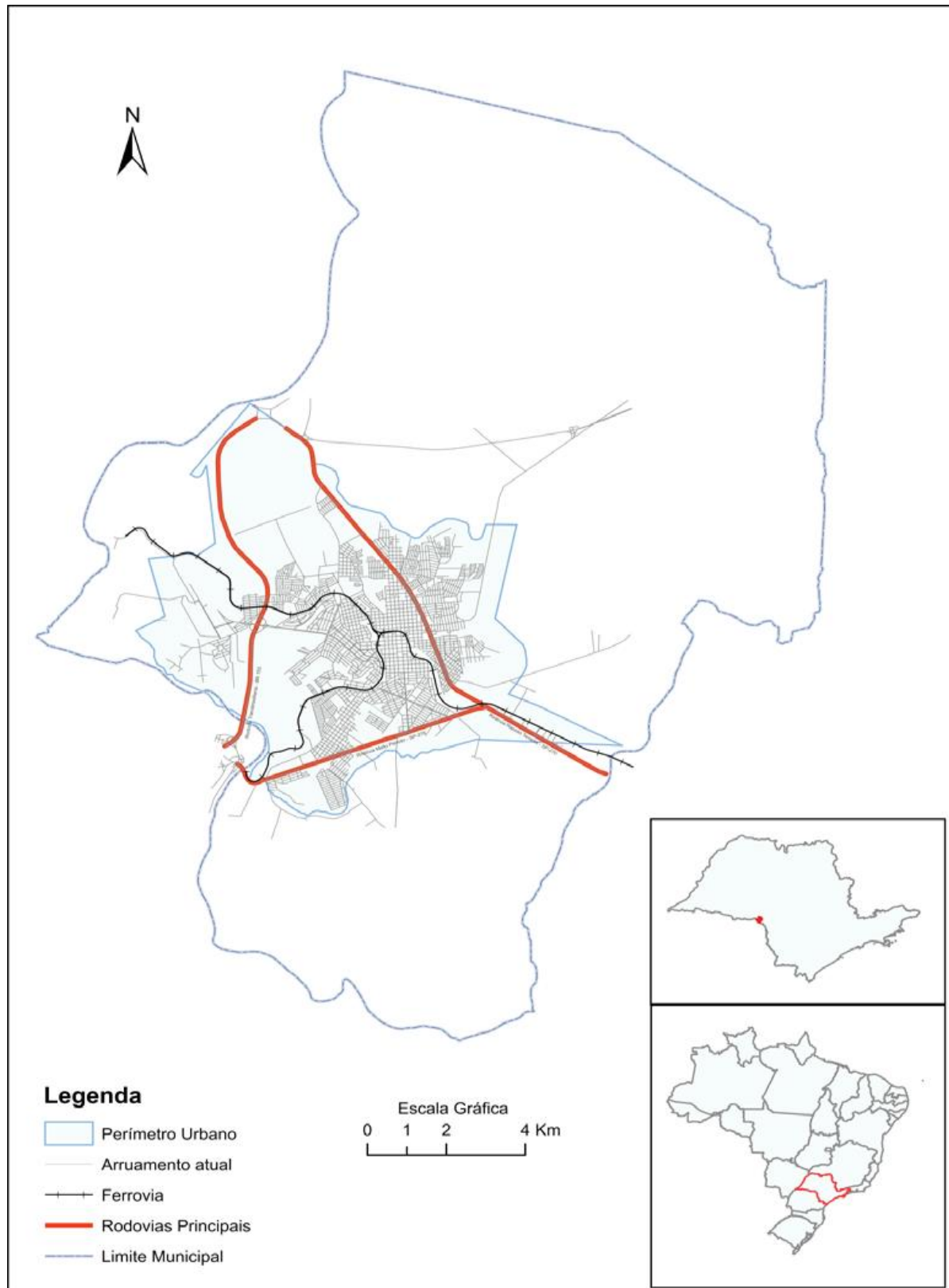
são importantes as indústrias Colchões Castor, indústria de produtos para fabricação de alimentos de abrangência nacional Marvi, indústria de material mecânico Tecnal, Café Jaguari, que atende ao mercado regional e exportação e Indústria Mecânica Zanuto, que possui atuação nacional. Ourinhos se destaca como centro distribuidor de derivados da indústria sucroalcooleira em especial para o sul do Brasil, sendo a ferrovia administrada pela América Latina Logística-ALL, importante para essa atividade [...]<sup>55</sup>.

Do ponto de vista econômico para o Estado de São Paulo, o município é considerado inexpressivo, “mais é singular quanto à localização geográfica [...] Localiza-se em um importante entroncamento rodoferroviário que liga a Região Sudeste com as Regiões Sul [...] Centro-Oeste e a porção ocidental da Região Norte [...] através das rodovias Raposo Tavares (SP-270), Mello Peixoto (SP-278), Orlando Quagliato (SP-327) e Transbrasiliana (BR-153)”<sup>56</sup>.

---

<sup>55</sup> FERREIRA DIAS, F.; DANTAS, R. O papel do Estado na construção do Espaço Urbano de Ourinhos (SP): os conjuntos habitacionais periféricos. *In: Revista Ciência Geográfica*. AGB-Bauru, Bauru-SP, Ano XVII, Vol. XVII nº 1, Janeiro/Dezembro, 2013 p. 98.

<sup>56</sup> FERREIRA DIAS, F.; DANTAS, R. O papel do Estado na construção do Espaço Urbano..., op. cit., p. 98.



**Mapa 02:** Localização do município de Ourinhos (SP).

**Fonte:** Prefeitura Municipal, 2008. *Apud* FERREIRA DIAS, F.; DANTAS, R. O papel do..., op. cit., p. 99.

Historicamente, a municipalidade de Ourinhos é o resultado da conjunção de dois fatores, o primeiro a expansão da economia cafeeira em direção ao interior do Estado de S. Paulo e, o segundo ao desenvolvimento da ferrovia, que iria escoar a produção de café. Há informações imprecisas, de que por volta de 1905, Ourinhos já era uma pequena vila encravada na fronteira de São Paulo como o Paraná<sup>57</sup>. Conforme B. H. Alonso,

Ourinhos é levada à condição de Distrito de Paz de Salto Grande em 1915, e em 1918 se emancipa. Algumas atividades não-agrícolas estritamente relacionadas e necessários à urbanização tiveram início em Ourinhos neste momento, como os Armazéns Gerais Souza e Soutello (1917) e outros comércios necessários para o abastecimento urbano, como a casa de secos e molhados Zanotto. Del Rios ainda destaca que carroças e carroções do Paraná vinham à procura de cargas nas Casas Comissárias (Zanotto e Amaral), então correspondentes do Comércio do Norte do Paraná. Fica difícil aqui distinguir alguns desses serviços, visto que as casas comissárias eram responsáveis pela intermediação do comércio de café com outros centros ou portos e funcionavam como banqueiros (NETTO, 2009, p. 29). No entanto é de se destacar já a presença de atividades situadas nas cidades<sup>28</sup>, indicando traços de uma divisão social do trabalho entre campo e cidade nessas áreas<sup>58</sup>.

As características geográficas do município, clima, solo e, localização contribuíram para o desenvolvimento das iniciativas industriais, primeiramente, ligadas a fabricação e confecção da cerâmica vermelha (Olarias) que originalmente constituíam-se de uma rudimentar atividade artesanal. O processo de urbanização verificado nesta época (década de 1920), nas cidades do norte do Paraná, favoreceu o desenvolvimento da indústria cerâmica (construção civil) na cidade (auxiliando o escoamento da produção). Paulatinamente, assim, como Botucatu a economia foi se diversificando.

\*\*\*

Em relação aos segmentos empresariais destacamos: Usina São Luís S/A que começou suas atividades em 1951 e, trabalha atualmente na produção de cana-de-açúcar, álcool, subprodutos e manutenção automotiva na agroindústria canavieira; a Colchões Castor fundada em 1962; a Tecnal Projetos, Assessoria e Instalações Industriais Ltda, iniciando suas

<sup>57</sup> MASSEI, R. C. **As inovações tecnológicas e o caso dos oleiros: a mecanização das olarias em Ourinhos 1950-1990**. Dissertação (mestrado em história), Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2001 p. 32.

<sup>58</sup> ALONSO, B. H. **Breves considerações sobre a formação do espaço rural da região de Ourinhos (SP)**. [Trabalho de Conclusão de Curso]. Ourinhos (SP): Universidade Estadual Paulista, 2009 p. 35.

atividades em 1976; a Marvi indústria de alimentos cuja fundação foi em 1954 e, a Café Jaguari que iniciou suas atividades em 1987 no setor de torrefação e comércio de café.

A Colchões Castor iniciou suas atividades na Vila Musa, quando Hélio Silva, seguindo a tradição familiar fundou a Colchões Hélio Silva, uma fábrica de cunho artesanal que utilizava o capim cortado das margens da rodovia Raposo Tavares como matéria-prima para produção de colchões. Em 1983 a fábrica transfere para o Distrito Industrial I. A empresa detém ainda unidades em Passo Fundo/R. G. do Sul e, em Juiz de Fora/Minas Gerais, fábricas estas que foram instaladas tendo como principal intuito viabilizar a logística de distribuição dos seus produtos.

Já a Marvi fundada por Martini Renzo Giovanni, começou produzindo casquinha de sorvete em uma máquina manual, onde o próprio Giovanni vendia, fabricava e, realizava as entregas.

A Usina São Luiz, fundada por Orlando Quagliato é, participante do grupo CTC (Centro de Tecnologia Canavieira, associação civil de direito privado, criada em agosto de 2004, cujo objetivo é realizar pesquisas e desenvolvimento em novas tecnologias para a aplicação nas atividades agrícolas, logística e, industriais dos setores canavieiros) e, também da União da Agroindústria Canavieira de São Paulo e, da Usina e Destilarias do Oeste Paulista. A comercialização do açúcar e álcool é feita desde 1959, pela Coopersucar<sup>59</sup>. “Atualmente, é administrada pelos quatro filhos da segunda geração do fundador. Também participam da empresa seus filhos e genros, constituindo a Diretoria Executiva. A empresa define-se enquanto ‘uma das organizações mais tradicionais da região, gerando em torno de 3.200 empregos diretos’. Em seu período inicial, no biênio 1950-51, a São Luís produziu de 13.375 sacas de 60 kg de açúcar, enquanto em 2008-09 produziu 3.028.875 sacos de 50kg de açúcar, 94.150.000 litros de álcool e 1.941,3 toneladas de levedura”<sup>60</sup>.

Em relação à Tecnal esta inicia suas atividades dedicando-se ao setor de extração de óleos vegetais, desenvolvendo tecnologia própria, 1976. Nos anos de 1980, com o crescimento do agronegócio no país a empresa inicia-se na área de armazenamento de grãos; já nos anos 1990 volta seus interesses para o segmento de rações animais. Recentemente, a

<sup>59</sup> “O crescimento da produção da cana-de-açúcar por esta região [...] sobretudo nos municípios circunvizinhos de Ourinhos, teve início na década de 1950, quando a família Quagliato, descendentes de imigrantes italianos e anteriormente residentes em Porto Feliz-SP, implantaram a Usina São Luiz (Grupo Quagliato) no ano de 1951 em Ourinhos”. Cf. ALONSO, B. H. **Breves considerações sobre a formação do espaço rural da região de Ourinhos (SP)**. [Trabalho de Conclusão de Curso]. Ourinhos (SP): Universidade Estadual Paulista, 2009 p. 38.

<sup>60</sup> CORRÊA, S. D. **Fusões e aquisições nos segmentos carne bovina, óleo de soja e sucroalcooleiro**. Tese (doutorado), FFLCH, São Paulo, 2012. p. 190.

Tecnal firma parceria com BDI empresa austríaca que atua na construção de plantas de biodiesel, originando a BDI & Tecnal tecnologia em biodiesel Ltda.

A história do Café Jaguari começa com a sociedade entre Pedro Labs e Francisco Avanzi, primeiramente com uma empresa de beneficiamento de arroz em Ribeirão Preto do Sul/SP, pouco a pouco devido à expansão dos negócios, a atividade passou a ser a compra de café em coco dos produtores da região, adquirindo a fábrica do café Jaguari Torrefação e Moagem, na cidade de Chavantes/SP. Em 1987, dedicam-se, exclusivamente à torrefação e comercialização de café, sendo a fábrica transferida para Ourinhos.

## II. 1. 2. 3. Avaré

O município de Avaré tem uma população de aproximadamente 82.934 habitantes, área de 1.213.055 km<sup>2</sup>, sendo o bioma predominante o Cerrado.

O povoamento de Avaré se deu por volta de 1865, naquela época o recenseamento policial, realizado pelo delegado de Botucatu, constatou 18 casebres e, 83 habitantes. Em 1891, o presidente da câmara municipal requereu junto ao Governo do Estado uma petição para a municipalidade<sup>61</sup>. Em relação a sua organização e dinâmica econômica pode-se dizer que,

“No seu desenvolvimento, Avaré passou por vários e importantes ciclos. O café inaugurou a época das fazendas, com seu imenso tecido branco estendendo-se pelos campos verdes [...] ainda hoje algumas fazendas antigas conservam os grandes terreiros de ontem, testemunhas de uma época áurea. Foi no período do Estado Novo, de 1937 a 1945 [...] que Avaré viveu o apogeu de sua cotonicultura [...] devido a sucessivas quebras de recordes na produção de algodão [...] Na década de 1960, alguns fazendeiros novos da região introduziram o gado, que representou grande expansão econômica na região, e Avaré postou-se como pioneira, incentivando a melhoria dos plantéis e avivando o interesse de produtores [...] Atualmente, por ser um importante centro pecuário regional, Avaré tem 70% de sua área utilizada para atividades pastoris. O restante da terra divide-se entre lavoura, principalmente plantio de cana-de-açúcar, milho, laranja, banana, café, e soja (17,6%) e florestas de eucalipto e pinheiros (12,4%). Aproximadamente 60% da mão de obra ocupada no setor trabalha sazonalmente no corte de cana, madeira e na avicultura [...] Pouco a Pouco o panorama agrícola de Avaré, antes dominado pelo cultivo de grãos e com extensas áreas para pastagem, dá espaço aos canaviais. Com clima ameno, topologia plana e solo produtivo, o município vem sendo muito procurado por empresários sucroalcooleiros”<sup>62</sup>.

<sup>61</sup> Segundo histórico municipal, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, IBGE.

<sup>62</sup> SILVA JÚNIOR, G. **Avaré: terra do verde, da água e do solo**. São Paulo: Noovha América, 2007 p. 33 ss.

\*\*\*

Em Avaré destaca-se a Empresa Auto Ônibus Manoel Rodrigues, fundada em 1939, suas atividades começaram quando um transportador da região de Avaré, percebendo as dificuldades de transporte naquela localidade, ofereceu a um jovem imigrante Manoel Rodrigues, a possibilidade de transportar malotes postais e passageiros. A primeira linha da empresa ligava Avaré a Taguarituba e, em 1958 vieram as linhas para a capital. Atualmente a empresa é permissionária de vinte e sete linhas rodoviárias e suburbanas operando nos setores de fretamento e turismo, trabalha em mais de quarenta municípios e possui sete garagens.

## CAPÍTULO III: INDUSTRIALIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

### III. 1. DESENVOLVIMENTO E PLANEJAMENTO ECONOMICO NO BRASIL

#### III. 1. 2. Perda da visão nacional desenvolvimentista

Lênin já havia observado que o desenvolvimento desigual é uma lei do capitalismo, pois o desenvolvimento não é como uma parada militar onde as composições guardam entre si as mesmas distancias, obedecendo sempre os mesmos parâmetros; há quebras, avanços, recuos, assim os elementos em estágio retardatário podem com o tempo alcançar a vanguarda<sup>63</sup>.

Para Rangel, sempre esteve claro, de que o principal problema que o Brasil deve enfrentar é o problema da soberania nacional, assim, mesmo “pregando no deserto”, neste país de “cegos conduzindo cegos”, segundo a parábola bíblica, não deixou de identificar os mecanismos do imperialismo no Brasil, certamente validos para outros países da América Latina, a “desfaçatez da direita, imbecilidade das esquerdas e o déficit em conta corrente no balanço de pagamentos.”<sup>64</sup>

Ora, se a essência da tese da dualidade básica é que a evolução da economia e da sociedade brasileiras vai se dá segundo nosso atual estágio de desenvolvimento das forças

---

<sup>63</sup> “As leis da História nada têm em comum com os sistemas pedantescos. A desigualdade do ritmo, que é a lei mais geral do *processus* histórico, evidencia-se com maior vigor e complexidade nos destinos dos países atrasados. Sob o chicote das necessidades externas, a vida retardatária vê-se na contingência de avançar nos saltos. Desta lei universal da desigualdade dos ritmos decorre outra lei que, por falta de denominação apropriada, chamaremos de *lei do desenvolvimento desigual e combinado*, que significa aproximação das diversas etapas, combinação das fases diferenciadas, amálgama das formas arcaicas com as modernas. Sem esta lei, tomada, bem entendido, em todo o seu conjunto material, é impossível compreender a história da Rússia, como em geral a de todos os países chamados à civilização em segunda, terceira e décima linha”. De acordo com TROTSKY, L. Peculiaridades do desenvolvimento da Rússia. In: \_\_\_\_\_. **A revolução russa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977 p 25. Para Ignácio Rangel “Essa conceituação do subdesenvolvimento como atraso relativo de um país, não comparativamente a outro país qualquer, mas sim a um estágio superior do seu próprio desenvolvimento, para o qual já estejam criadas as pré-condições essenciais, à vista da tecnologia já amadurecida no mundo e da própria capacidade de organização do acesso à tecnologia de vanguarda, é que nos leva à percepção da etiologia do fenômeno das grandes ‘metástases’ técnico-econômicas do nosso tempo [...] Ora, terminadas a Segunda Guerra Mundial e a fase B do terceiro ciclo de kondratiev, estava amadurecido um acervo imenso de precondições científicas e técnicas para uma Revolução Tecnológica sem precedentes. Mais ainda, a corrida armamentista pré-belica, o esforço de guerra e a própria guerra haviam imprimido aos trabalhos de pesquisa e desenvolvimento e à experimentação, para a comprovação prática das hipóteses, um ritmo febril. Alguns países, com os Estados Unidos à frente, haviam parcialmente reestruturados seus parques produtivos com base nas inovações tecnológicas amadurecidas.” Cf. RANGEL, I. Ciclo, tecnologia e crescimento. In: \_\_\_\_\_. **Obras reunidas**. Vol. II. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005 [1969-1981]. p. 271.

<sup>64</sup> Cf. D. D. Carneiro. In: O pensamento de Ignácio Rangel *apud* MAMIGONIAN, A. Marxismo e “Globalização”: as origens da internacionalização mundial. In: \_\_\_\_\_. **Estudos de geografia econômica e de pensamento geográfico**. 264 pgs. Tese (Livres Docência). São Paulo: FFLCH/USP, 2004. p. 140 (nota).



produtivas e das nossas relações de produção, aliada, “a importância fundamental das políticas econômicas, que mudam com os pactos de poder acoplados às relações de produção”<sup>65</sup>. É importante salientar que em seus últimos escritos Ignácio Rangel comentava sobre uma contrarrevolução. E de fato, a quarta dualidade ainda não se efetivou. Isso porque as bases da política econômica são as mesmas postas em prática nos governos neoliberais, o combate à inflação, “A presidente Dilma Rousseff aproveitou [...] seu discurso na reunião do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES), no Palácio Itamaraty, para assegurar o controle da inflação. ‘Temos certeza que vamos fechar o ano com a inflação dentro da meta’, afirmou a presidente. Ela avaliou que o IPCA de Julho deve ser ‘muito próximo de zero’ após dizer que a inflação no país vem caindo ‘de maneira consistente’ nos últimos meses e exaltar a estabilidade das contas públicas” (Valor Econômico 17/07/2013); ou seja, uma política de “estabilização”, não de crescimento econômico<sup>66</sup>.

Abrindo um parêntese, a política de combate à inflação, tornou-se dominante, a partir da hegemonia da chamada “globalização” e do neoliberalismo (Governos F. Collor/F. H. Cardoso). Desde suas origens (década de 1980-90, aproximadamente), “globalização” e neoliberalismo se caracterizaram por possuir diversas vertentes, na economia promovem a diminuição do papel do Estado; na Política e na Geografia o fim das fronteiras nacionais que seriam substituídas por uma espécie de “aldeia global”, onde a livre circulação de mercadorias, ideias etc. daria o tom norteador do “mundo globalizado”, dentre outras novidades. Entretanto, é preciso duvidar de certas “novidades” pregadas para usar uma expressão inspirada em Gramsci, por intelectuais orgânicos, que na sua esmagadora maioria são financiados por fundações provenientes do centro do sistema capitalista, mas que encontram ecos por toda a América Latina, especialmente no Brasil. Como lembrou Visconde

---

<sup>65</sup> MAMIGONIAN, A. Introdução. In: \_\_\_\_\_. **Estudos de geografia econômica e de pensamento geográfico**. 264 pgs. Tese (Livre docência). São Paulo: FFLCH/USP, 2004. p. IX.

<sup>66</sup> Ao analisar as políticas de crescimento econômico entre o Brasil e a China Elias Jabbour revela atitudes diametralmente opostas “É importante salientar que cerca de 300 km de linhas de metrô estão sendo construídas hoje em Pequim, enquanto no Brasil a busca da ‘estabilidade monetária’ e o combate a inflação’, no Brasil permitiram que o metrô da cidade de São Paulo expandisse 20 km, nos últimos dez anos. Os chineses seguem dando exemplos que servem de ensinamento às forças do campo nacional e popular no Brasil.” JABBOUR, E. Segunda viagem à China: janeiro de 2007. In: **Dossiê Ásia/China**. Geografia econômica, anais de Geografia econômica e social, UFSC, 2008 p. 69. Aliás, conforme observou Delfim Netto “Infelizmente foi preciso que o crescimento da produção industrial do Brasil em 2012 fosse talvez o menor do mundo, para que se transformasse num “problema” para boa parte da academia, dos analistas financeiros com pouca familiaridade com a economia real e, finalmente, para o próprio governo. *As razões são múltiplas. A principal é que há muito tempo bifurcamos os estímulos internos à nossa indústria, originalmente destinados a transformar o país numa base exportadora, em favor de uma enganosa e míope política de estabilização monetária transformada num fim em si mesmo e, por isso mesmo, nunca alcançado.*” (Folha de S. Paulo, Colunistas, Antonio Delfim Netto, **Indústria** 15/05/2013).

de Mauá esses intelectuais orgânicos procuram explicar coisas que não podem compreender e fazem de forma tacanha e mesquinha uma transposição mecânica de ideias estranhas a realidade brasileira. Seguindo as orientações do Consenso de Washington, não só o Brasil, mas como toda a América Latina foi obrigada a seguir o receituário neoliberal. Dentre os males ocasionados por essas políticas destaca-se o sucateamento do sistema produtivo, abertura comercial indiscriminada e, a perda de uma visão nacional desenvolvimentista. Não por acaso que,

No transcurso da década de 1990, houve um distanciamento da idéia do desenvolvimento econômico nacional. Se algumas empresas tiveram acesso a crédito barato no exterior, a maioria submeteu-se aos altos juros internos e as dificuldades, primeiro da hiperinflação e depois do arrocho cambial e das dívidas dolarizadas. Neste processo, milhares de trabalhadores perderam seus postos de trabalho, levando os sindicatos a classificarem o governo FHC como o ‘campeão do desemprego’. As maiores taxas de desemprego acompanharam os menores índices de crescimento da história, inferiores aos da ‘década perdida’ (anos 1980). A ausência de um projeto nacional de desenvolvimento e a política centrada na abertura comercial e de combate à inflação adotada pelo governo FHC, permitiu que o país ficasse á mercê das importações internacionais, ampliando os índices de desemprego. ‘No debate sobre a inflação – obsessivamente considerada o único mal a se combater, a qualquer preço, ou seja, à custa do emprego, do salário, do desenvolvimento – contemplam-se todas as sortes de renúncia à autonomia nacional’. (Batista, 1999, pg. 17). Alternativas ao modelo sequer testadas, e a privatização, realizada da maneira como o foi, desperdiçou o patrimônio nacional e dificultou a possibilidade de ocorrer novo período de crescimento econômico, ocasião em que importantes empresas de capital privado nacional faliram ou foram vendidas a estrangeiros, e as estatais, antes consideradas estratégicas para o desenvolvimento do país, foram desvalorizadas e privatizadas em transações consideradas, no mínimo, questionáveis ou suspeitas. O país retraiu-se nos anos 1990, quando se intensificaram as dificuldades para a retomada do desenvolvimento e a superação da crise crônica que nos assola há mais de duas décadas<sup>67</sup>.

Não obstante,

É cada vez mais evidente que para devolver à economia brasileira a capacidade de crescer robustamente temos de resolver um problema muito complicado que foi criado ao longo de vários anos. Agravou-se brutalmente depois da crise de 2008 que continua a dizimar a economia mundial. Trata-se da longa e tenaz sobrevalorização da moeda nacional produzida pelo controle da taxa de câmbio nominal através da taxa de juro real (até recentemente a mais elevada do mundo) [...] Não é sem razão, portanto, que a participação de nossas exportações no total mundial continua, há pelo menos 30 anos, em torno de 1,3%. Desde 1974, cada vez que o Brasil foi premiado com um ciclo de melhoria substancial da relação de troca, isto é, quando os preços da exportação crescem mais depressa do que os da importação (1977, 1997 e 2011), manipulamos a taxa de câmbio para reduzir a inflação. No fim de cada ciclo pagamos o preço e corremos ao Fundo Monetário Internacional! [...] Não é

<sup>67</sup> Segundo CORRÊA, Domingos Sávio. Fusões e aquisições de empresas no Brasil: concentração de capital e desnacionalização da economia. In: **Revista Ciência Geográfica**. AGB-Bauru-SP, Ano X, Vol. X nº 2, Maio/Agosto, 2004 p. 122.

possível prever o efeito "líquido" de tantas variáveis, mas é seguro que um crescimento econômico mais sadio e robusto exige a recuperação do nosso setor industrial, o que só poderá ocorrer com a desvalorização do real como, aliás, parecem indicar os fatos acima. É o que sugere, também, a rápida deterioração da nossa balança comercial e o saldo em conta corrente [...] <sup>68</sup>.

Portanto, retomando, a inflação para ser combatida tinha, obrigatoriamente, que abrir os mercados, pois a inflação decorria, na visão de determinados economistas e cientistas sociais, do fato de que os oligopólios determinavam os preços, sim, mas numa conjuntura depressiva, nas recessões, obviamente, os oligopólios tratavam de explorar as possibilidades de maior lucratividade; controlar a inflação significa restringir o consumo, não financiar as indústrias, então, o controle da inflação é uma política de juros exorbitantes; como bem observou Mamigonian <sup>69</sup> não se diz que a política de juros elevados é extremamente favorável aos bancos que são em grande parte recuperados pela taxa Selic <sup>70</sup>, assim, como uma política cambial que favoreça as importações e desestimele as exportações.

Na verdade o Brasil sofre de uma crise cíclica de acumulação, isto é,

[...] A medida em que o Estado brasileiro se endividou nos anos 1970, junto aos bancos estrangeiros para financiar a 'marcha forçada' do governo Geisel (A. Barros de Castro) e depois juntos aos bancos brasileiros, 'empurrando com a barriga' a dívida externa, ele se tornou refém do sistema financeiro e dirigiu o grosso da poupança brasileira ao pagamento das dívidas externa e interna, perdendo a capacidade de realizar políticas públicas. É aí, na dívida pública descomunal que reside o cerne da crise brasileira desde os anos 1980. A incapacidade de definir este problema como central e a incapacidade de enfrenta-lo corretamente levou-nos irremediavelmente ao beco sem saída em que nos encontramos: pagamos cada vez mais e a dívida não para de crescer. Cabe-nos perguntar com que política econômica, que seja do interesse dos trabalhadores e da nação poderemos sair efetivamente da crise, que já dura mais de duas décadas, com agravamento do problema central (dívida pública crescente) e dos problemas decorrentes, como as crises econômicas, social, política, moral, educacional, etc. Se não encontrarmos uma saída e continuarmos tutelados pelo FMI, vale dizer pelo imperialismo norte americano, seremos levados ao mesmo desastre que ocorreu recentemente na Argentina, que aliás parece redefinir o seu rumo <sup>71</sup>.

<sup>68</sup> Cf. Antonio Delfim Netto "Crescimento mais difícil" **Valor econômico** 25/08/2013.

<sup>69</sup> Armen Mamigonian. Palestra "Desenvolvimento regional latino americano: alternativas para a crise", UNESP, 2007.

<sup>70</sup> "Porque é assim mesmo. A crítica do mercado é simples de entender. Era muito fácil ganhar a vida com taxa de juro real de 12%. Ganhar a vida com taxa real de 2% é mais difícil. Por isso, a crítica do mercado financeiro é irrelevante, não faz cócega. É uma coisa ridícula, por exemplo, os economistas fixarem as prioridades do governo. Cada economista tem no máximo o seu próprio voto. Não tem nem o da mulher, porque ela desconfia dele. (Antonio Delfim Netto "O apocalipse não está na esquina" entrevista a revista **Isto é** 13/10/2013).

<sup>71</sup> MAMIGONIAN, A. O enigma brasileiro atual: Lula será devorado? In: **Revista Ciência Geográfica**. AGB-Bauru-SP, Ano X, Vol. X, nº 2, Maio/Agosto, 2004 p. 128.

Acreditamos que Ignácio Rangel<sup>72</sup> tenha decifrado o enigma ao apontar, principalmente, a partir da década de 1960, discutindo a dialética da capacidade ociosa, que determinados setores da economia se desenvolvem mais do que outros nas fases ascendentes dos nossos ciclos breves e, para que a economia brasileira não entre em recessão é imprescindível o estabelecimento de uma intermediação financeira que coloque os recursos ociosos do setor dinâmico para o setor deficitário do organismo econômico nacional<sup>73</sup>.

Ora, como já referido anteriormente, o Brasil começou seu processo de industrialização pelo Departamento II (bens de consumo), depois pelo Departamento I (bens de produção). Acontece que por seguir uma ordem inversa dos países que compõe o centro do sistema capitalista que se industrializaram pelo setor de bens de produção (máquinas e equipamentos), no Brasil um determinado setor da economia se desenvolve subutilizando seu potencial produtivo (ociosidade), enquanto outros apresentam dificuldades em acompanhar o setor dinâmico da economia (antiociosidade), assim uma intermediação financeira que pudessem realocar os recursos dos setores dinâmicos (que compõe a poupança da economia nacional) representada atualmente pelo setor privado, para os setores deficitários (antiociosidade) representados pelos serviços de utilidade pública (que corresponde ao setor

<sup>72</sup> RANGEL, I. Economia: milagre e antimilagre. In: \_\_\_\_\_. **Obras reunidas**. Vol. I. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005 [1985].

<sup>73</sup> Depois de mais de trinta anos percebeu-se que os nós de estrangulamento, ou seja, infraestruturas etc. podiam “ser tocadas para frente”, aliás, Estado e sociedade, Cf. ensinou Rangel, são duas faces da mesma moeda, sempre que o setor privado sentir dificuldades, vai entregar partes delas ao setor Estatal e o Estado ao investir em determinados setores, pode concedê-los a iniciativa privada, liberando recursos para investir em outros segmentos, “O pacote de infraestrutura anunciado pelo governo quebra um paradigma dos governos do PT: daqui em diante, o investimento em rodovias e ferrovias será liderado pelo setor privado e não pelo Estado. É o reconhecimento de que o setor público não tem condições de bancar esses investimentos [...] O governo se inspirou, na opção de parcerias público-privadas (PPPs) para a construção de ferrovias, no modelo usado no sistema de transmissão de energia elétrica [...] ‘Com esse pacote, Dilma realiza o sonho de Ignácio Rangel: o investimento privado em concessões de serviços público’, comentou um assessor do governo [...] ‘Meu governo reconhece as parcerias com o setor privado como essenciais à continuidade e aceleração do crescimento. Essas parcerias nos permitirão oferecer bens e serviços públicos mais adequados e eficientes à população’ [...] ‘O nosso propósito com este programa e os que anunciaremos na sequência para aeroportos e para portos é nos unirmos aos concessionários para obter o melhor que a iniciativa privada pode oferecer em eficiência, e o melhor que o Estado pode e deve oferecer em planejamento e gestão de recursos públicos’, declarou Dilma. ‘Investimento é palavra-chave hoje’, definiu a presidente. (Setor privado passa a liderar investimento Valor Econômico 16/08/2012). Com se pode observar muito pouco das proposta esboçadas por Rangel efetivamente foi feito, entretanto, já se começa a perceber ainda que canhestamente sua importância “Em outras palavras, o que poderia gerar, no atual contexto, um bloco de investimentos suficientemente grande, que tenha forte efeitos multiplicadores, capazes de aumentar a produtividade e se transformar na locomotiva da economia brasileira? O grande economista Ignácio Rangel, com longa experiência de analista de projetos do BNDES, dizia que o ponto de estrangulamento, tende a transformar-se, no período seguinte, na locomotiva que vai comandar a expansão econômica. E antevia que dado que a poupança pública era negativa, a concessão de serviços públicos poderia engendrar esta locomotiva. A locomotiva aí está na nossa cara: é o programa de concessões de infraestrutura anunciado há um ano pela presidente Dilma [...] Não há dúvidas de que o programa de concessões de rodovias, ferrovias, portos e aeroportos pode gerar centenas de bilhões de reais de investimentos nos próximos anos e um novo ciclo de expansão da economia brasileira. O setor privado está com apetite e há uma fantástica abundância de recursos em busca de retorno, ainda com financiamentos a taxas de juros baixíssimas.” (Novo ciclo de expansão está aí! **Valor Econômico** 10/09/2013).

de investimentos), faria com que a economia nacional conseguisse superar a crise provocada pelo seu ciclo interno (juglariano). Isto é, o Estado investe em novos setores e em ciclo posterior em novíssimos e assim em diante, até a aproximação tecnológica com o centro do sistema.

Isso, em parte, contingenciaria os medíocres prognósticos e, o fraco desempenho da economia brasileira em geral e da industrialização em particular<sup>74</sup>.

Em suma, a resolução desta problemática terá que se desenvolver na atual configuração da dualidade brasileira, ou seja, se para I. Rangel “No comando do novo pacto de poder deverá surgir o sócio menor do pacto anterior, vale dizer, o capitalismo industrial, deslocando da hegemonia o latifúndio feudal”<sup>75</sup>. Entretanto, conforme destaca Mamigonian,

No lugar desta possível evolução sobreveio a partir de 1990 com Collor e FHC uma contra-revolução que substituiu o nacional-desenvolvimentismo pelo neoliberalismo: 1) o capital financeiro americano (bancos e indústrias) se tornou hegemônico; 2) a indústria brasileira, sócia subalterna do pacto de 1930, foi sendo afastada do poder; 3) o latifúndio feudal (Norte e Nordeste), com poder político, mais agonizante economicamente, participou da contra-revolução; assim como 4) os bancos brasileiros ocuparam um espaço econômico e político subalterno ao capital financeiro norte-americano. Todo este bloco contra-revolucionário, sob o comando dos EUA, passou a paralisar a economia brasileira e o Estado nacional, bem como a provocar o apodrecimento da vida política e cultural no Brasil. Na eleição presidencial de 1989 as chamadas esquerdas lançaram, de maneira incompetente, três candidatos (Lula, Brizola e Covas) e permitiram a vitória da direita (Collor), com apoio norte americano, dando origem à contra-revolução e depois, de maneira novamente incompetente e por preocupações eleitoreiras, não aproveitaram o interregno Itamar Franco (1993-94) para se unirem diante de perigo crescente dos EUA, cujas primeiras manifestações explicitadas já se fizeram sentir sob o governo Figueiredo, ainda durante a ditadura militar [...] No Brasil, o nacional-desenvolvimentismo começou a se enfraquecer durante o governo Figueiredo, que moderou o nacionalismo militar por conta do peso da dívida externa e por

<sup>74</sup> Em relação a economia paulista destacamos alguns dados “A Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) concluiu há pouco dias um estudo em que questiona o que chama de ‘mitos’[...] Além do ‘mito’ em torno da discussão sobre desindustrialização, outros dois foram confrontados pela federação: a ideia de que os setores de maior intensidade tecnológica estariam ganhando participação no PIB e o entendimento de que a importação de alta tecnologia tem sido direcionada para a modernização da indústria e para o aumento da produtividade, portanto, não sendo algo negativo para a indústria sediada no país. ‘Existia uma percepção, e o nosso estudo demonstra que isso estava errado, de que neste período em que o real esteve valorizado, a indústria tivesse se modernizado, comprado equipamentos e tivesse ampliado sua produtividade. Mas o nosso estudo não apontou isso’[...] ‘A gente continua exportando mais produtos de média e baixa tecnologia e importando cada vez mais produtos de alta tecnologia’, acrescentou José Roriz Coelho, diretor do Departamento de Competitividade e Tecnologia da Fiesp [...] Baseado nos dados mais recentes da Pesquisa Industrial Anual (PIA) e das Contas Nacionais, o estudo da Fiesp chama atenção para a queda da participação da indústria no PIB brasileiro, para 13,3% em 2012, patamar mais baixo desde 1955. Também destaca que a indústria não se sofisticou, numa avaliação sobre o nível de intensidade tecnológica [...] Na avaliação de Roriz, há duas razões principais para a continuidade do processo de desindustrialização relativa, iniciado em 1985. A primeira diz respeito ao custo Brasil, o que envolve ‘carga tributária elevada e complexa, alto custo de capital devido aos juros básicos e spread, elevado custo de insumos e energia e infraestrutura logística precária’. O segundo fator seria a sobrevalorização cambial.” (Para Fiesp, indústria continua perdendo valor, **Valor Econômico** 25/11/2013).

<sup>75</sup> RANGEL, I. As crises gerais. In: \_\_\_\_\_. **Obras reunidas**. Vol. II. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005 [1992] p. 760.

consequência das pressões dos países centrais. Foi forçado a aceitar financiamento alemão visando construir para a Portobrás novo terminal graneleiro no Rio Grande-RS, prejudicando o terminal da Cotrijuí, que não operava à plena capacidade, bem como cedeu a Mitsubishi a implantação do metrô de superfície de P. Alegre, em detrimento da Marfesa, empresa estatal de vagões ferroviários, que continuou sem encomendas. Nos dois casos, entre outros, a indústria nacional passou a ser submetida ao *dumping* das importações de equipamentos estrangeiros, por conta dos financiamentos facilitados. Assim, o endividamento externo aumentou e se iniciou o estrangulamento da indústria nacional de equipamentos pesados, implantados ou ampliados durante o governo Geisel. Entretanto a postura nacionalista ainda dominava: 1) na demissão de M. H. Simonsen, que propunha combate a inflação crescente com aplicação de política recessiva e sua substituição por Antônio Delfim Netto, que propunha o uso das capacidades ociosas da economia; 2) nos estímulos à exportação, que cresceu muito com a desvalorizações cambiais (Delfim Netto) e ao mesmo tempo ajudando o entendimento dos interesses do setor bancário do imperialismo americano, pois os dólares gerados pelas exportações serviam ao pagamento dos juros da dívida externa; 3) na implantação da reserva de mercado da informática, que deu origem à Itautec e outras empresas de alta tecnologia; 4) no acordo de cooperação científica com a China etc. Mas o pior estava por acontecer e ocorreu após a abertura democrática. Intelectuais de esquerda, sobretudo economistas, passaram a repetir, posando-se de ‘radicais’, que era necessário decretar a moratória da dívida externa (C. Furtado, P. Nogueira Batista Filho e muitos outros), posta em prática no Plano Cruzado (Governo Sarney), quando a incompetência dos economistas de esquerda (Unicamp), se somou à desfaçatez dos economistas de direita (PUC-RJ) na definição do ‘inimigo’ a enfrentar, isto é a inflação, como se nas décadas, de 1940 a 1980, de enormes taxas de crescimento, a inflação não tivesse se manifestado periodicamente<sup>76</sup>.

---

<sup>76</sup> MAMIGONIAN, A. O enigma brasileiro atual: Lula será devorado? In: **Revista Ciência Geográfica**. AGB-Bauru. Bauru-SP, Ano X, Vol. X, nº 2, Maio/Agosto, 2004 p.129.

## CONSIDERAÇÕES PARCIAIS

Sendo a realidade social uma totalidade dialética, a escolha do essencial não pode ser neutra; um dos principais problemas da ciência social é precisamente a determinação dos aspectos essenciais de fenômeno<sup>77</sup>

Para Cholley,

“O exercício da atividade industrial nos revelaria, igualmente, combinações organizadas pelo homem, com auxílio de elementos tomados ao meio físico (matérias-primas de origem mineral) ou ao meio biológico (matérias-primas de origem vegetal ou animal), e respondendo à fabricação da maquinaria necessária à sua ação. Contudo, é fácil perceber que a estrutura dessas combinações não é da mesma ordem que a daquelas que dizem respeito à atividade agrícola. Nesta, a parte dos elementos tomados ao domínio físico ou biológico conserva largamente a primazia. É somente naquelas combinações as mais evoluídas que a parte do homem assume, nitidamente, a preponderância (sistemas de cultivo intensivos e especializados). *Nas combinações indústrias ao contrário, os elementos propriamente humanos como organização do trabalho, técnica, mão-de-obra, assumem rapidamente primeiro lugar. Neste ponto de vista, duas diferenças capitais separam as combinações industriais das combinações agrícolas. Por seu dinamismo, as primeiras são susceptíveis de criar riqueza de uma maneira maciça, geradora de poder, donde seu interesse político. Enfim, elas são independentes da tirania de um terroir contínuo, pois a fabricação não precisa ser estabelecida no local de produção da matéria-prima, nem tampouco, no do consumo dos produtos. Além da necessidade que se impõe, então, de organizar a ligação necessária entre os elementos de uma mesma combinação, depreende-se que a repartição dos limites de atividade responderá mais diretamente às condições de mão-de-obra e da técnica (transportes, organização dos mercados), que à influência das condições materiais.*”<sup>78</sup>

Certamente “[...] as relações entre os fenômenos nacionais e mundiais não são tão simples e a transição de um sistema a outro é mais complexa e prolongada do que se imagina”<sup>79</sup>; apoiados nessas observações e nos referências teóricos utilizados pudemos inferir que em relação à industrialização brasileira e, em particular no caso do Estado de S. Paulo: a) na gênese do processo de industrialização no Brasil houve o surgimento e, posterior desenvolvimento da pequena produção mercantil; b) o aparecimento de um empresariado nacional dinâmico, mas fraco politicamente; e c) no Brasil as iniciativas industriais, grosso

<sup>77</sup> LÖWY, M. **As aventuras de Karl Marx contra o barão de Münchhausen: marxismo e positivismo na sociologia do conhecimento**. 8ª Ed. São Paulo: Cortez, 2003 p. 42.

<sup>78</sup> CHOLLEY, A. observações sobre alguns pontos de vista geográficos. In: **Boletim geográfico**. Rio de Janeiro: IBGE, 1964 (nº 179-180); 1ª parte (nº 179) p. 143.

<sup>79</sup> MAMIGONIAN, A. Marxismo e “Globalização”: as origens da internacionalização mundial. In: \_\_\_\_\_. **Estudos de geografia econômica e de pensamento geográfico**. 264 pgs. Tese (Livre Docência). São Paulo: FFLCH/USP, 2004 p. 140.

modo, se deram: i) “capitalistas sem capital” pequenas iniciativas, sobretudo de imigrantes (europeus, asiáticos etc.) que traziam de suas regiões de origem algum tipo de experiência empresarial/comercial/industrial; ii) de cunho Estatal tipo CSN, Petrobrás, CVRD etc.; iii) implantações industriais estrangeiras, que se instalam no país com o intuito de evitar o crescimento de concorrentes no mercado interno e externo. Pois,

[...] é importante assinalar que a industrialização brasileira correspondeu tanto a substituição de importações que provocou mudanças na divisão internacional do trabalho, quanto a substituição da economia natural por economia mercantil, nos dois casos com reflexos na divisão regional do trabalho. Exemplo em Santa Catarina do primeiro processo foi o desenvolvimento da economia carbonífera do sul do estado e do segundo processo o desenvolvimento da produção de carnes suínas e de frango no oeste e meio-oeste<sup>80</sup>.

*A gênese e a evolução econômica, nos estudos de caso, excetuando-se certos casos específicos, demonstrou a força da pequena produção mercantil; isto é, o surgimento de atividades econômicas e industriais que ganham dinamismo com o tempo incorporando tecnologias, diversificando e ampliando mercados.* Procuramos analisar e determinar o tipo de evolução capitalista, em nossa área de estudo e a ideia de diversificação social para compreender as características do empresariado, aliado, as grandes formações econômico sociais.

Partimos do pressuposto de que a capacidade de iniciativa/inação empresarial, existentes em diversas partes do país, é gigantesca, mesmo em lugares considerados inexpressivos, do ponto de vista econômico, entretanto, falta uma política econômica continua que dê sustentação a esses empreendimentos<sup>81</sup>. Aliás, determinadas decisões tomadas em

<sup>80</sup> MAMIGONIAN, A. Introdução In: **Estudos de geografia econômica e de pensamento geográfico**. 264 pgs. Tese (Livre docência). São Paulo: FFLCH/USP, 2004 p. IX.

<sup>81</sup> Em importante depoimento sobre sua trajetória na Geografia, no qual destacou a importância dos estudos sobre a industrialização brasileira A. Mamigonian afirmou que “[...] Depois relembrando um pouco meu itinerário na Geografia, tive a sorte de ser aluno do Aziz Ab’saber no curso de Geografia, todos bons professores, mas o Aziz era o grande mestre na graduação que eu frequentei; depois tive a sorte de ter sido colega, discípulo de uma certa maneira do Carlos Augusto [de F. Monteiro]; depois não posso me esquecer do [Ignácio] Rangel. Então, repare [Ignácio] Rangel nordestino, Carlos Augusto [de F. Monteiro] nordestino, Milton [Santos] nordestino; sobrou o Aziz [...] o Aziz deve ser nordestino; não sei qual a história exata dele. Então, eu acho que tem alguma coisa que precisa ser explorada, pela coragem que é necessária de enfrentar; coragem que na minha opinião está se abandonando [...] O Milton [Santos] chegou a usar uma expressão; produção gastrointestinal [...] bom, então, eu acho que esta coragem de enfrentar com as dificuldades todas é indispensável e ela não existe mais. Cada vez menos [...] se eu estou falando isso eu quero dizer que é preciso coragem no sentido de, p. ex., de lembrar [...] falando [no caso] dos usineiros de Alagoas, mas não é só parasitários, eles são dinâmicos; então determinados usineiros fizeram isso mais aquilo. Ora, vamos pensar que no século XVI até hoje existe indústria açucareira no nordeste [...] Então, tem que ter alguma explicação para essa longevidade, para essa capacidade de sobrevivência, e, uma dessas capacidades foi exatamente essa de migrar dos vales açucareiros para os tabuleiros, evidentemente, fundamentais para a sobrevivência. Precisou ter essa capacidade de encontrar meios de se expandir nesses tabuleiros. Ora, isso não é capacidade? Claro que é. Então, é preciso trabalhar com isso aí



âmbito governamental, como a instrução 70 (Vargas) e a Instrução 113 (JK) foram fundamentais para o crescimento econômico, já que as políticas de substituição de importações, também foram políticas protecionistas e desenvolvimentistas. Ou seja, sem elas, como diria Rangel, a indústria nacional teria uma contingência natural de nascer na crise internacional e desaparecer nas fases de recuperação econômica<sup>82</sup>. Não à toa, o principal obstáculo que a Economia Política e a Geografia Econômica devem enfrentar é como evitar o

---

porque ninguém fala que existiu uma poderosa indústria açucareira em Campos no Estado do Rio [de Janeiro], que hoje não existe mais nada, acabou. Ora, porque diabos? Nós não nos colocamos frequentemente perguntas fundamentais para a gente entender a realidade, ficamos meio fantasiando [...] desapareceu a indústria açucareira fluminense, que era poderosa, acabou não existe mais nada [...] e a do nordeste está lá. Então, outra coisa que eu acho que a coragem cobra da gente é reconhecer se existe ou não capacidade de iniciativa, capacidade empresarial, então, para a gente de esquerda falar uma coisa dessas, é uma coisa horrível, onde já se viu capacidade empresarial, coisa horrível, falar de empresários [...] Mas é preciso ter coragem; ora, para que ficar com medo de tocar em pontos importantes. Porque importantes? *Porque dentro da concepção, p. ex., do A[ndré] Cholley sobre combinações [geográficas] como é que a industrialização pode ser explicada, sem explicar a presença dos empresários [...] quem tomou as iniciativas não foi o empresário x, y ou z de origem social tal e qual, como, p. ex., o [Luís Carlos] Bresser-Pereira andou trabalhando em cima de S. Paulo. Então, teve empresários que tomaram iniciativas, vamos saber porque é que existiu esse espírito empresarial, não é verdade; então, ou, tu tem uma mentalidade nacionalista, uma mentalidade corajosa, de enfrentar, ou, tu pode ter o contrário, uma postura medrosa, uma postura digamos assim entreguista, pró-imperialista. Eu digo isso frequentemente, já botei isso no papel, mas não custa repetir, a capacidade de iniciativa brasileira nas indústrias sempre foi enorme, a indústria siderúrgica que nasceu em Minas Gerais, que nasceu lá no período imperial, como as tais forjas catalãs, dentro das fazendas, como dizia o Rangel, deu origem a indústria siderúrgica mesmo e a uma certa altura indústria siderúrgica de grande porte. A companhia mineira [...] a Cia Siderúrgica Mineira dançou, foi comprada pela Bélgica, então, a Cia nacional mineira, vira a Belgo-Mineira. Belgo-Mineira só de nome, virou estrangeira e acabou [...] muito depois, foi por iniciativa também em Minas, do [Américo R.] Gianetti que era secretário de Estado [...] surgiu uma fábrica de alumínio em Saramenha perto de Ouro preto, iniciativa de mineiros, ela dançou logo depois da Segunda Guerra Mundial, acabou. Então, houve uma invasão de alumínio importados, a situação cambial brasileira era favorável tinha dinheiro sobrando etc. importou-se de tudo [...] era importação de tudo quanto era bagunça; pois bem, importou-se alumínio, acabou-se com a usina e aí, quem comprou? Comprou uma firma, a Ocan e, acabou-se a iniciativa mineira. Então, eu digo, iniciativas existem, capacidade de iniciativa existe, não existe uma política econômica de sustentação pra valer, permanente, não uma coisa periódica.”* **Conforme depoimento oral de A. Mamigonian, 17 de fevereiro de 2013.**

<sup>82</sup> Do nosso ponto de vista, as análises feitas por H. J. Chang traduz exatamente o que queremos transmitir “Fazendo uma comparação, Chang afirmou que a política industrial na Coreia do Sul foi fundamental para o seu desenvolvimento. ‘Nos anos 1960, o PIB per capita da Coreia era de US\$ 80, em um momento em que Chile e Argentina tinham provavelmente PIB per capita de US\$ 400 e o Brasil, provavelmente de US\$ 200’, disse. Segundo ele, apesar das críticas que existiram, o quadro melhorou para a Coreia porque houve o desenvolvimento da indústria siderúrgica, automobilística e de eletrônicos. ‘E temos o padrão de vida que temos hoje, que é de US\$ 22 mil de PIB per capita, enquanto a Argentina deve estar em US\$ 8 mil. Nós éramos 20% da Argentina e agora somos três vezes mais’, afirmou. ‘Quando começamos, todos estavam céticos, e alguns diziam que países como a Coreia deveriam desenvolver apenas a indústria intensiva em mão de obra, o que fizemos. Mas, ao mesmo tempo, desenvolvemos outros tipos de indústrias e usamos nossa taxa de câmbio para importar tecnologias mais avançadas, aprendendo com isso’, destacou [...] Na avaliação de Chang, o Brasil tem feito ações importantes no setor aeroespacial, na exploração de petróleo, no etanol, ‘mas não está explorando todo o seu potencial’. Citou, por exemplo, que nos anos 1980, a indústria manufatureira representava quase 30% do PIB. Hoje, essa fatia está em 13% e com previsões de que represente apenas 9% no futuro. ‘Parte disso pode ser considerada desindustrialização natural, mas grande parte ocorreu porque o Brasil abriu mão de desenvolver suas atividades manufatureiras’, disse. ‘Se você destruiu sua indústria por 30 anos, não pode esperar que ela volte à vida simplesmente com uma taxa de juros e uma taxa de câmbio mais favoráveis em dois ou três anos.’” (“Desenvolvimento do país exige política industrial de longo prazo, afirma Chang”, **Valor Econômico** 07/01/2014).

estagnacionismo, ou seja, superar as insuficiências como propõe a *dialética da capacidade ociosa*<sup>83</sup>.

## PRÓXIMOS PASSOS:

Aprofundar os estudos relacionados:

- As grandes Formações Econômicas Sociais;
- O processo de desindustrialização;
- A política econômica e cambial;
- Projetos nacionais de desenvolvimento;
- Divisão territorial do trabalho;
- A lei da pequena produção mercantil;
- O processo de diferenciação social.

---

<sup>83</sup> A ideia de capacidade ociosa, não é uma característica exclusiva da economia brasileira, ao longo da evolução do capitalismo podemos verificar que para combater a estagnação econômica diversos países tiveram que enfrentar suas insuficiências. Para atenuar os males ocasionados pela quebra da bolsa de N. York, 1929, os Estados Unidos tiveram que tornar a economia americana menos “livre” e mais estatizada, investindo em infraestruturas nas regiões depressivas economicamente (os nós de estrangulamento). Na América Latina, o Chile é um caso significativo “A experiência chilena parecia fracassar em 1982-85, mas o regime militar mantinha alguns controles importantes [...] fixação do câmbio, que permitiu frear as importações após 1982, reativar lentamente a economia interna e obter superávits comerciais e a continuação da política do chamado emprego mínimo do governo (US\$ 40/mês), em frentes de trabalho hitlerianas-keynesianas. Mas a principal razão da retomada do crescimento chileno foi a persistência da política de diversificação das exportações, que havia começado precocemente sob inspiração e financiamento da CORFO nas décadas de 1950-60 [...] A Corporación de Fomento, nascida em 1939 (o BNDE no Brasil é de 1952) havia percebido que o estrangulamento das exportações chilenas (80% cobre até 1975) era um nó que precisava ser desatado e seu Departamento de planejamento havia indicado as explorações florestais, a fruticultura e o pescado como complementações e assim, por exemplo, a produção de cítricos de 16 mil ton. em 1955 já alcançava 82 mil em 1970. Foram ampliados os novos negócios esboçados pelo CORFO antes de 1973 e reestruturadas regiões inteiras do país [...] *Ora, a destruição do parque industrial chileno do início da década de 70, apesar de desnecessária, foi compensada, em vista do seu relativo diminuto (25% do PIB em 1970), pelo aumento gigantesco do setor primário exportador, usando-se recursos naturais que permaneciam fortemente ociosos e enfrentando o estrangulamento cambial das décadas de 1950-60, como a CORFO já havia indicado. Isto quer dizer que o crescimento chileno é menos fruto do neo-liberalismo do que da relação dialética entre estrangulamentos e ociosidades, conforme assinalaram Marx e Keynes e que Rangel aprofundou estudando a economia brasileira*”. MAMIGONIAN, A. A América Latina e a economia mundial: notas sobre os casos chileno, mexicano e brasileiro. In: **Geosul**, Florianópolis, v. 14, nº 28, p. 139-151, jul./dez. 1999.

## BIBLIOGRAFIA<sup>84</sup>

Observação: as datas entre colchetes se referem ao ano de publicação original do texto, no caso de haver uma reedição.

ALONSO, B. H. **Breves considerações sobre a formação do espaço rural da região de Ourinhos (SP)**. [Trabalho de Conclusão de Curso]. Ourinhos (SP): Universidade Estadual Paulista, 2009.

ANNUNZIATO, F. Fordismo na crítica de Gramsci e na realidade estadunidense contemporânea. *In: Geosul*, Florianópolis, v. 14, nº 28, p. 07-33, jul./dez. 1999.

ARAÚJO FILHO, J. R. de .O Café em São Paulo. *In: Boletim Paulista de Geografia*, nº 50, São Paulo, mar. 1976.

CHOLLEY, A. Observações sobre alguns pontos de vista geográficos. *In: Boletim geográfico*. Rio de Janeiro: IBGE, 1964 (nº 179-180).

CORRÊA, Domingos Sávio. Fusões e aquisições de empresas no Brasil: concentração de capital e desnacionalização da economia. *In: Revista Ciência Geográfica*. AGB-Bauru-SP, Ano X, Vol. X nº 2, Maio/Agosto, 2004.

DOBB, M. Do feudalismo para o capitalismo. *In: SWEEZY, P. e outros. A transição do feudalismo para o capitalismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

DONATO, H. **Achegas para a história de Botucatu**. Prefeitura Municipal de Botucatu, 1985.

FERREIRA DIAS, F.; DANTAS, R. O papel do Estado na construção do Espaço Urbano de Ourinhos (SP): os conjuntos habitacionais periféricos. *In: Revista Ciência Geográfica*. AGB-Bauru, Bauru-SP, Ano XVII, Vol. XVII nº 1, Janeiro/Dezembro, 2013.

GOMES, M. T. S. As políticas de descentralização industrial e o processo de desconcentração na indústria no oeste paulista. *In: O processo de reestruturação produtiva em cidades médias do oeste paulista*. Tese (doutorado), FFLCH, São Paulo, 2007.

JABBOUR, E. Segunda viagem à China: janeiro de 2007. *In: Dossiê Ásia/China*. Geografia econômica, anais de Geografia econômica e social, UFSC, 2008.

---

<sup>84</sup> De acordo com a Associação Brasileira de Normas Técnicas. NBR 6023.

LÖWY, M. **As aventuras de Karl Marx contra o barão de Münchhausen: marxismo e positivismo na sociologia do conhecimento**. 8ª Ed. São Paulo: Cortez, 2003.

MAMIGONIAN, A. As bases naturais e sociais da civilização chinesa. *In: Dossiê Ásia/China*. Geografia econômica, anais de Geografia econômica e social, UFSC, 2007.

\_\_\_\_\_. A América Latina e a economia mundial: notas sobre os casos chileno, mexicano e brasileiro. *In: Geosul*, Florianópolis, v. 14, nº 28, p. 139-151, jul./dez. 1999.

\_\_\_\_\_. Capitalismo e socialismo em fins do século XX: visão marxista. *In: Revista Ciência Geográfica*. AGB-Bauru, Bauru-SP, Ano VII, Vol. I, nº 18, Janeiro/Abril, 2001.

\_\_\_\_\_. Ciclos econômicos e organização do espaço. *In: Geosul*, Florianópolis, v. 14, nº 28, p. 152-157, jul./dez. 1999.

\_\_\_\_\_. **Estudos de geografia econômica e de pensamento geográfico**. 264 pgs. Tese (Livre docência). São Paulo: FFLCH/USP, 2004.

\_\_\_\_\_. Gênese e objeto da Geografia: passado e presente. *In: Geosul*, Florianópolis, v. 14, nº 28, p. 167-170, jul./dez. 1999.

\_\_\_\_\_. Kondratieff, ciclos médios e organização do espaço. *In: Geosul*, Florianópolis, v. 14, nº 28, p. 152-157, jul./dez. 1999.

\_\_\_\_\_. Localização industrial no Brasil: notas metodológicas e exemplos. **Boletim paulista de Geografia**, nº 51, São Paulo, jun. 1976.

\_\_\_\_\_. O enigma brasileiro atual: Lula será devorado? *In: Revista Ciência Geográfica*. AGB-Bauru-SP, Ano X, Vol. X, nº 2, Maio/Agosto, 2004.

\_\_\_\_\_. O processo de industrialização em São Paulo. *In: Boletim Paulista de Geografia*, nº 50, São Paulo, mar. 1976.

\_\_\_\_\_. Padrões tecnológicos mundiais: o caso brasileiro. *In: Geosul*, Florianópolis, v. 14, nº 28, p. 158-164, jul./dez. 1999.

\_\_\_\_\_. Tendências atuais da Geografia. *In: Geosul*, Florianópolis, v. 14, nº 28, p. 171-178, jul./dez. 1999.

\_\_\_\_\_. MAMIGONIAN, A. Teorias sobre a industrialização brasileira. *In: Cadernos Geográficos/UFSC*. Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Departamento de Geociências, nº 1, Florianópolis: Imprensa Universitária, 1999.

\_\_\_\_\_. Usiminas. *In: Geosul*, Florianópolis, v. 14, nº 28, p. 165-166, jul./dez. 1999.

MAMIGONIAN, A.; BASTOS, J. M. Apresentação. *In: Dossiê Ásia/China*. Geografia econômica, anais de Geografia econômica e social, UFSC, 2008.

PEREIRA, R. M. F. do A. Rupturas e continuidades na formação social brasileira: a transição colônia-império. *In: Geosul*, Florianópolis, v. 14, nº 28, p. 55-60, jul./dez. 1999.

MARTINS, J. **O cativo da terra**. 8ª Ed. São Paulo: Hucitec, 2004.

PETRONE, P. A influência da imigração italiana nas origens da industrialização brasileira. *In: Orientação*. São Paulo: Departamento de Geografia – FFLCH/USP, 1990.

RANGEL, I. Dualidade básica da economia brasileira. *In: \_\_\_\_\_*. **Obras reunidas**. Vol. I. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005, p. 285-353 [1957].

\_\_\_\_\_. Economia: milagre e antimilagre. *Idem*. p. 681-742 [1985].

\_\_\_\_\_. Introdução ao desenvolvimento econômico brasileiro. *Idem*. p. 129-202 [1955].

RANGEL, I. A dinâmica da dualidade brasileira. *In: \_\_\_\_\_*. **Obras reunidas**. Vol. II. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005, p. 552-567 [1962].

\_\_\_\_\_. A história da dualidade brasileira. *Idem*. p. 655-686 [1981].

\_\_\_\_\_. A problemática política do Brasil contemporâneo. *Idem*. p. 636-645 [1979].

\_\_\_\_\_. As crises gerais. *Idem*. p. 757-762 [1992].

\_\_\_\_\_. Ciclo, tecnologia e crescimento. *Idem*. p. 255-408 [1969-1981].

\_\_\_\_\_. Dualidade e “escravismo colonial”. *Idem*. p. 623-636 [1978].

\_\_\_\_\_. Economia brasileira contemporânea. *Idem*. p. 409-549 [1983-1987].

\_\_\_\_\_. Esta crise não se administra... *Idem*. p. 686-697 [1983].

\_\_\_\_\_. Feudalismo e propriedade fundiária. *Idem*. p. 726-740 [1989].

\_\_\_\_\_. O quarto ciclo de kondratiev. *Idem*. p. 741-756 [1990].

RANGEL, I.; BRESSER-PEREIRA, L. C. “Vamos sair da crise; um debate com Ignácio M. Rangel e Luiz Carlos Bresser Pereira. *In: Geosul*, Florianópolis, v. 14, nº 28, p. 201-225, jul./dez. 1999.

SANTOS, M. Sociedade e espaço: a formação social como teoria e como método. *In: Da totalidade ao lugar*. São Paulo: EDUSP, 2008 [1977].

SILVA, M. A. As origens da burguesia industrial e o tipo de evolução capitalista no nordeste catarinense (uma nota crítica). *In: Geosul*, Florianópolis, v. 14, nº 28, p. 101-111, jul./dez. 1999.

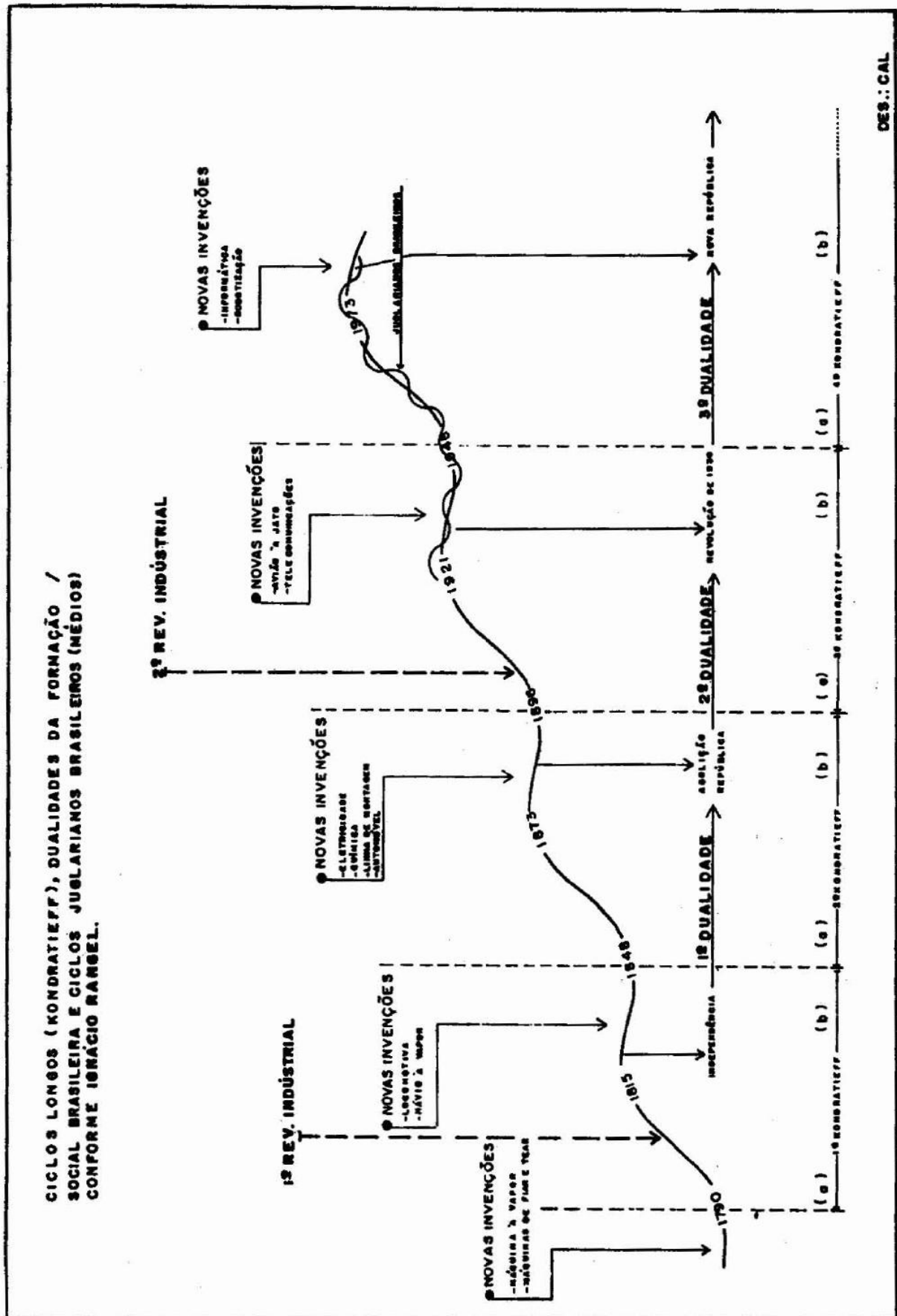
SILVA JÚNIOR, G. **Avaré: terra do verde, da água e do solo**. São Paulo: Noovha América, 2007.

TROTSKY, L. Peculiaridades do desenvolvimento da Rússia. *In: \_\_\_\_\_*. **A revolução russa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

**Jornais e Revistas**

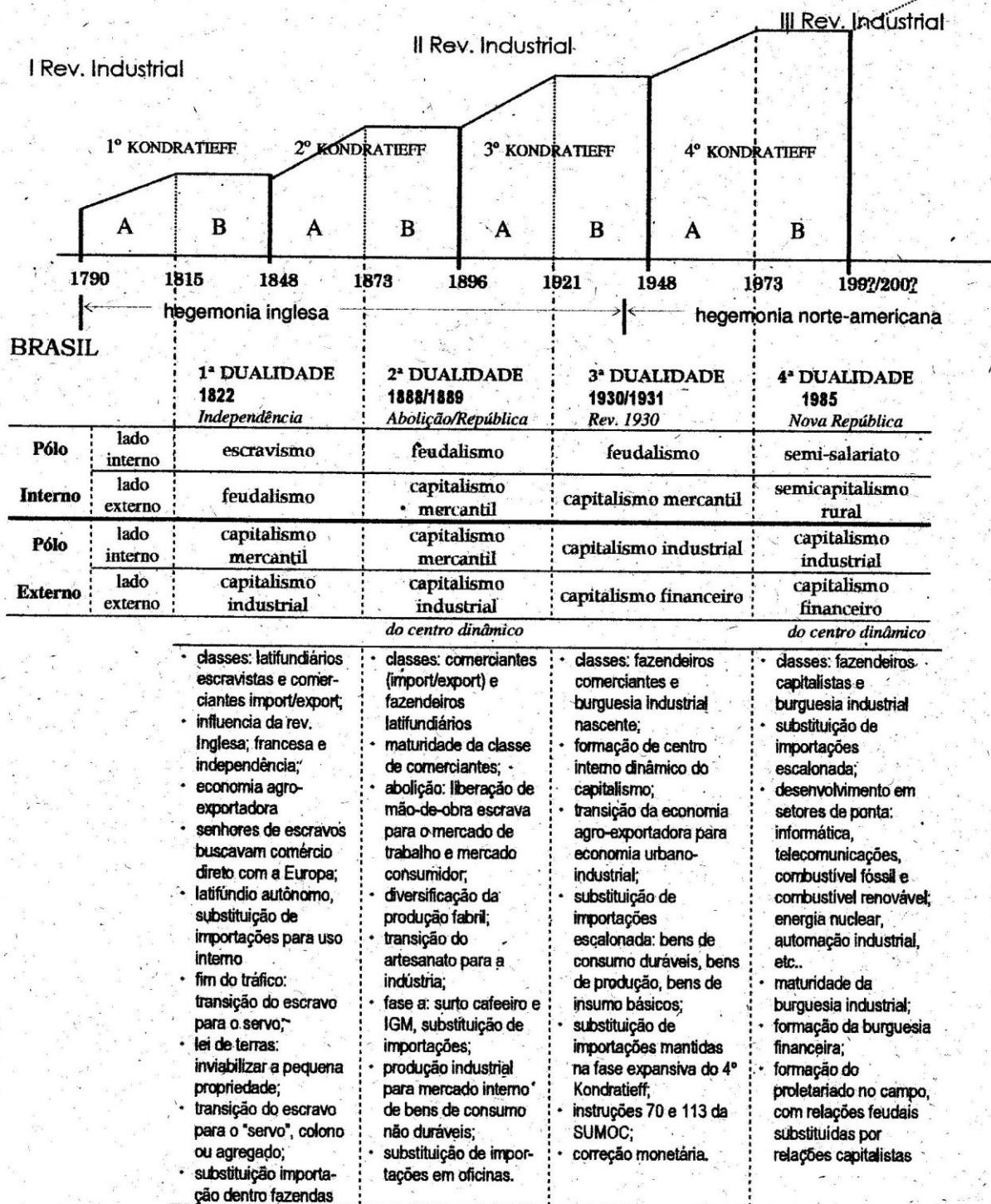
Valor Econômico; Folha de S. Paulo; Isto É.

**ANEXO(S)**





### Ciclos Kondratieff e as Dualidades da Economia Brasileira



## **PROGRAMAS E ATIVIDADES DESENVOLVIDAS**

### **DISCIPLINAS CURSADAS**

FLH5850 História Econômica: Tendências e Debates

Profª Drª Vera Ferlini

FLG5812 Geografia Política: Teorias sobre o Território e o Poder e sua Aplicação à Realidade Contemporânea

Prof. Dr. Wanderley Messias da Costa

FLG5044 Território e Circulação

Profª Drª María Mónica Arroyo

### **FORMAÇÃO COMPLEMENTAR**

- Extensão universitária em Aspectos metodológicos da Geografia vidaliana. Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana da Universidade de São Paulo, FFLCH, Brasil.
- Curso de curta duração em Arqueologia no Vale do Paranapanema. Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, UNESP, São Paulo, Brasil.
- Curso de curta duração em Materiais descartados como possibilidade de ensinar Geografia. Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, UNESP, São Paulo, Brasil.
- Curso de curta duração em Por uma Geografia da música. Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, UNESP, São Paulo, Brasil.

### **PRODUÇÃO BIBLIOGRÁFICA**

#### **Artigos completos publicados em periódicos**

**SILVA, W.** Considerações acerca da fase B do quarto Kondratiev. *In: Revista Ciência Geográfica*. AGB-Bauru, Bauru-SP, Ano XVII, Vol. XVII nº 1, Janeiro/Dezembro, 2013.

### **Trabalhos publicados em anais de eventos (completo)**

- **SILVA, W. S.** Os ciclos econômicos e suas manifestações no Brasil *In: Anais da IX Semana de Geografia da Unesp/Ourinhos (SP): “O espaço brasileiro contemporâneo: leituras sobre campo, cidade e região”, 2013.*
- **SILVA, W. S.** Considerações acerca da fase B do quarto Kondratiev *In: Anais da VIII Semana de Geografia da Unesp/Ourinhos (SP): “Qual é o modelo de desenvolvimento que queremos? Um olhar geográfico sobre o território e suas dinâmicas socioeconômicas e ambientais”, 2012.*

### **Trabalhos publicados em anais de eventos (resumo expandido)**

- **SILVA, W. S.** Algumas considerações sobre a política estatal chinesa *In: Anais da IX Semana de Geografia da Unesp/Ourinhos (SP): “O espaço brasileiro contemporâneo: leituras sobre campo, cidade e região”, 2013.*

### **Apresentação de trabalho e palestra**

- **SILVA, W. S.** Algumas considerações sobre a política estatal chinesa, 2013. (Comunicação, Apresentação de Trabalho).
- **SILVA, W. S.** Os ciclos econômicos e suas manifestações no Brasil, 2013. (Comunicação, Apresentação de Trabalho).
- **SILVA, W. S.** Considerações acerca da fase B do quarto kondratiev, 2012. (Comunicação, Apresentação de Trabalho).

## **EVENTOS**

### **Participação em eventos**

- II Seminário Nacional do Instituto Caio Prado Jr.: Lutas de Classes e Perspectiva Crítica, realizado na Universidade de São Paulo, 2013.

- Simpósio Internacional O Mundo em Convulsão, realizado no Departamento de História da Faculdade de Filosofia, letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2013.
- Semana de Geografia da Unesp “O espaço brasileiro contemporâneo: leituras sobre o campo, cidade e região”, 2013.
- Seminário Internacional Território e Circulação na dinâmica contraditória da globalização, organizado pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana, no Departamento de Geografia da Universidade de São Paulo, 2012.
- Semana de Geografia da Unesp “Qual é o modelo de desenvolvimento que queremos? Um olhar geográfico sobre o território e suas dinâmicas socioeconômicas e ambientais”, 2012.